



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
INFORMÁTICA NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus São Gabriel da Cachoeira

2019

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Elias Brasilino de Souza
Diretor Geral do *Campus* São Gabriel da
Cachoeira

Roberta Enir Faria Neves de Lima
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão
Campus São Gabriel da Cachoeira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 287 – DG/IFAM/CSGC de 27 de agosto de 2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	João Renato Aguiar Soares Junior
MEMBROS	Cleoni Virginio da Silveira Kleber de Souza Miranda Letícia Alves da Silva

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2	JUSTIFICATIVA e histórico	6
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	12
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	13
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	15
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira	15
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	17
3	OBJETIVOS	25
3.1	OBJETIVO GERAL	25
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	27
4.1	PROCESSO SELETIVO	27
4.2	TRANSFERÊNCIA	28
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	29
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	29
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	29
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	31
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	32
6.1.1	Cidadania	33
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura)	34
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	36
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso	37
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	39

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	43
6.3	MATRIZ CURRICULAR	45
6.4	carga horária do curso	48
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação	50
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	51
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	54
6.7.1	Atividades complementares.....	55
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	59
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	61
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	64
7.1	Procedimentos para solicitação	66
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	67
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	70
8.2	NOTAS.....	71
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	72
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	74
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	76
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	77
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	79
10.1	BIBLIOTECA.....	79
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	81
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	86
11.1	CORPO DOCENTE	86
	Referências	90

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Informática
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EIXO TECNOLÓGICO:	Informação e Comunicação
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1200h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	300h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.600h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	1 ano e 6 meses
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Anual
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	<i>Campus</i> São Gabriel da Cachoeira, situado na BR 307, Km 3, s/n, Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

A cidade de São Gabriel da Cachoeira é o principal centro urbano regional. Alguns povoados indígenas, sobretudo Iauaretê, também possuem algumas características urbanas, motivadas pela presença de militares e de colégios dos missionários, responsáveis pela maior concentração da população indígena. A presença das missões salesianas na região iniciou na década de 20, instaladas em São Gabriel e nos povoados de Taracúá, Iauaretê, Parí-Cachoeira (bacia do Uaupés), Assunção (rio Içana) e Maturacá (área Yanomami).

Embora o contato e o comércio entre os povos tradicionais desta região com os brancos, que vem ocorrendo há mais de dois séculos, tenha forçado a ida de muitos índios para fora da área (levados para trabalho compulsório no baixo rio Negro ou nas cidades de Manaus e Belém) e levado pessoas de outras origens a se estabelecerem aí, a população indígena se mantém hegemônica nesta região, constituindo pelo menos 90% do total. Estas sociedades desenvolveram, através de milênios nesta área, formas sofisticadas de adaptação ao meio ambiente regional e práticas diversas e complementares de subsistência.

Diante das condições limitantes dos ecossistemas da bacia do rio Negro, caracterizada pela predominância dos solos pobres e baixa disponibilidade de peixes e caça, as diversas etnias habitantes na região desenvolveram estratégias de sobrevivência como a habilidade para reconhecer e explorar os recursos ambientais disponíveis. Com isso, torna-se interessante o reconhecimento das potencialidades para criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas na aliança dos indígenas com seus conhecimentos tradicionais e pesquisadores, com métodos científicos que permitam a realização de trabalhos, capazes de produzir referências técnicas, que ajudem na melhoria das condições de vida das comunidades indígenas¹.

Nessa linha de pensamento, o IFAM - *Campus* São Gabriel, antiga Escola Agrotécnica, iniciou ações visando à valorização do patrimônio cultural e

¹ ISA, fonte citada.

ambiental da região do rio Negro, inspirada num grande pacto de gestão territorial, consolidado no Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável-PRDIS², implantando o Curso em Etnodesenvolvimento, na Forma Subsequente, na comunidade de Assunção do Içana, no rio Içana.



FOTO 1: Formandos do Curso em Etnodesenvolvimento (Formatura – 2009)

O projeto do curso foi elaborado pelos professores da EAFSGC, juntamente com representantes das comunidades da calha do rio Içana. O curso está sendo concluído, com a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável para a região do rio Içana. Logo após o início do Curso de Etnodesenvolvimento na Comunidade de Assunção do Içana, surgiram outras demandas. A primeira demanda foi apresentada pela Associação das Escolas Indígenas Takano Yepa Mashã-AEITYM, através de seu representante.

Em junho de 2006, foi realizada uma reunião na comunidade Cunuri, com a presença do representante da SETEC, Sérgio França, que presenciou as reivindicações da comunidade. Em outubro do mesmo ano, a direção da escola participou da mesa redonda sobre educação profissionalizante na comunidade Monte Cristo, durante a realização do Seminário “Construindo Políticas Públicas”, Coordenado pela professora Ivani Faria, representando a Universidade Federal do Amazonas, onde participaram os professores da

² Texto elaborado e publicado pela FOIRN e ISA (2003)

EAFSGC, Elias B. de Souza, Simão Corrêa e Tarcísio Luiz L. Souza. A partir do relatório produzido, foi elaborada a primeira versão da proposta do Curso Técnico em Desenvolvimento Indígena Sustentável. Essa minuta foi apresentada por duas ocasiões na Coordenação Geral de Educação da FUNAI, em Brasília SETEC, SECADI, dentre outros. A proposta foi apresentada ainda a Conselheiros do Conselho Nacional de Educação durante a visita realizada na comunidade Monte Cristo. Posteriormente, várias reuniões se seguiram no IPOL, com membros da AEITYM, professores da EAFSGC e com a professora Ivani, representando a UFAM. Houve também algumas reuniões na comunidade Uriri e Ipanoré. Ao final desse processo de discussão, foram gerados subsídios que deram os fundamentos para a EAFSGC ofertar o curso demandado pela associação dos professores indígenas das escolas indígenas da região do Baixo rio Ualpés.



FOTO 2: Formandos do Curso em Desenvolvimento Indígena Sustentável/PROEJ, na comunidade de Ipanoré (Formatura – 2011).

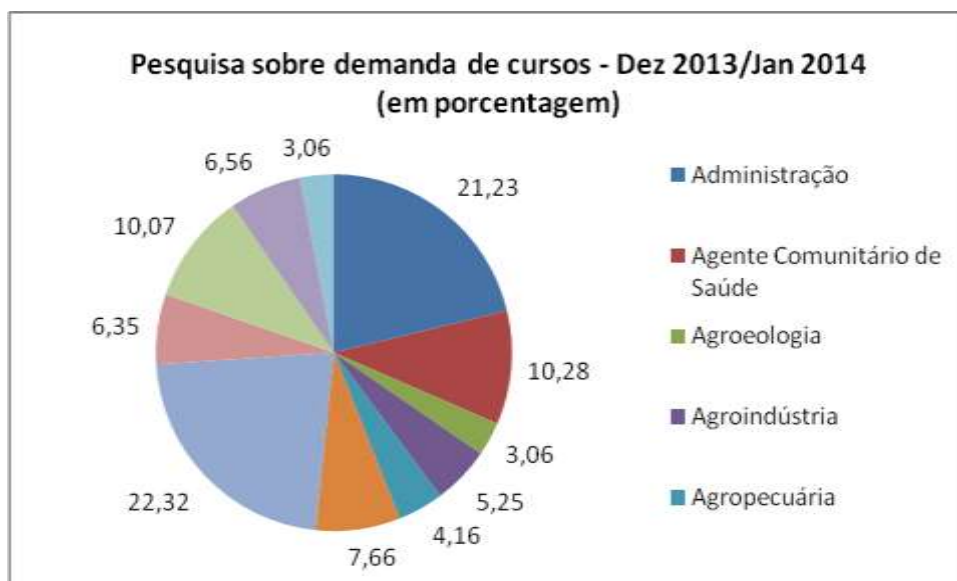
Ao fazermos frente a este exigente cenário de ampla multidimensionalidade, deparamo-nos com um difícil problema a ser encarado com sensibilidade, realismo e compromisso emancipatório. Em termos *morinianos*, precisamos estar sempre conscientes da imperatividade de construirmos “um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do

real, isto é, perceber as ligações, interações, e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas” (MORIN, 2009, p. 74).

Atualmente há uma demanda crescente das comunidades indígenas afiliadas à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), por oportunidades de capacitação por meio de cursos profissionalizantes e pelo desenvolvimento de experiências piloto de manejo de recursos naturais que venham a aprimorar formas tradicionais ou mesmo introduzir novidades sustentáveis, numa perspectiva de etnodesenvolvimento. Comunitários da sede municipal, dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e de Barcelos também reivindicam ofertas de cursos técnicos e superiores, junto ao IFAM – *Campus São Gabriel*.

A última pesquisa sobre demanda de cursos na região foi realizada entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 (Figura 1), com apoio da SEDUC, onde formulários de pesquisa foram distribuídos entre os professores e alunos das escolas municipais das calhas dos rios Uaupés, Tiquié, Içana, Xié, Negro. O resultado da pesquisa contribuiu para a decisão de criar, a partir de 2014, os cursos Técnico de Nível em Enfermagem e Técnico de Nível Médio em Informática, ambos na forma Subsequente.

Figura 1 - Demanda de cursos.



A mudança na sociedade atual tem sido constante. O conceito de alfabetização modernamente foi estendido para muito além do mero saber ler e escrever, e as novas tecnologias, em especial a informática, estão aí para provar que novas competências básicas e conhecimentos mínimos são exigidos para o exercício da cidadania e a vida plena em sociedade, dentre as formas que a maioria dos jovens tem encontrado para tentar driblar as super exigências, a falta de garantias e o medo do fracasso no mundo atual.

Nesse sentido, e em conformidade com as determinações da LDBEN 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 e das Resoluções CNE/CEB nº 6/2012 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, CONSUP/IFAM Nº 94/2015 que institui o Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM, Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/ que atualizou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e a Lei do Estágio nº 11.788/2008, apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente a ser oferecido pelo IFAM - *Campus São Gabriel da Cachoeira*.

Desta forma, este Projeto Pedagógico de Curso apresenta além da justificativa e objetivo para construção do referido curso, o perfil profissional, a

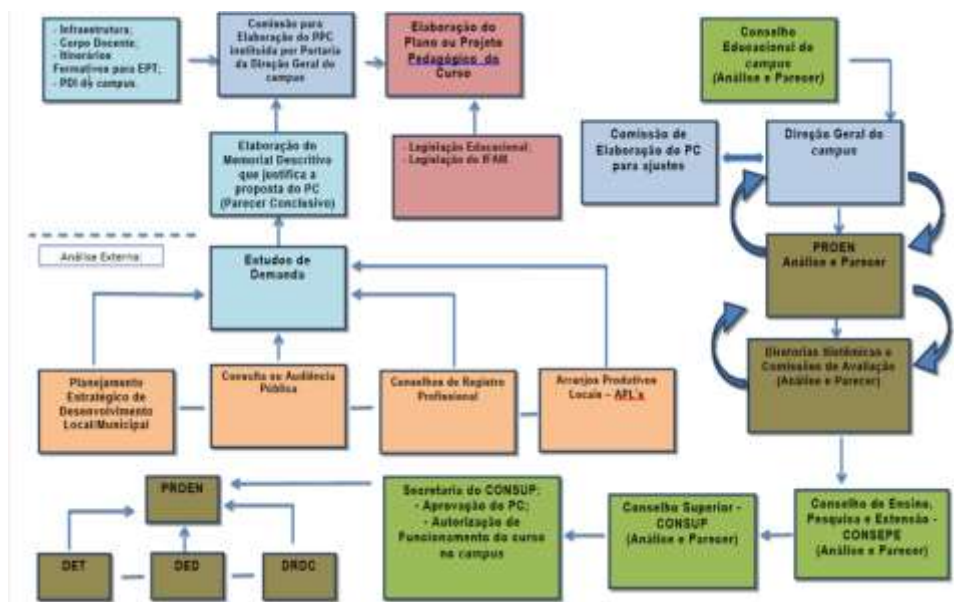
organização da matriz curricular, requisitos de acesso, critérios de avaliação de aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores, critérios de avaliação de aprendizagem aplicados aos alunos do curso, biblioteca, instalações e equipamentos oferecidos alunos do curso, docentes e técnicos administrativos envolvidos no curso, bem como critérios para conclusão do curso e diplomação.

Baseada nas novas diretrizes curriculares nacionais, a proposta de implantação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, teve como ponto de partida a necessidade de profissionais nesse setor na cidade de São Gabriel da Cachoeira – AM, pois a presença de equipamentos tecnológicos nas mais diversas áreas vem assumindo responsabilidades funcionais e provocando transformações nos ambientes e relações de trabalho, sendo assim, a educação não poderia ficar alheia a essa situação.

Portanto, será necessário investir nas diversas formas de educação profissional, para que haja o desenvolvimento do município, preparando o cidadão para as novas necessidades do mundo de trabalho.

A Informática oferece várias áreas de profissionalização que hoje em dia é primordial para o cidadão. Diante disso, pensando na realidade do nosso município, procurando aproximar a formação do profissional com as demandas que refletem a necessidade de mão-de-obra especializada em Hardware e Redes, torna-se essencial e urgente à implantação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

Figura 2- Fluxograma de Tramitação para Aprovação de Novos Cursos EPTNM.



Fonte: PROEN, 2017³.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

³ Portaria Nº 18 – PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM *Campus* Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O *Campus* São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez

parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

HISTÓRICO DO CAMPUS SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Por volta do ano de 1986 quando iniciaram as discussões em torno da implantação de uma unidade escolar vinculada ao MEC em São Gabriel da Cachoeira, o movimento indígena ainda estava se organizando, de forma que as decisões acerca do local, objetivos da escola e público prioritário a ser atendido foram temas não abordados de maneira estratégica, recaindo então essas decisões aos políticos locais. Neste mesmo período, em 1988, através do Convênio nº 041, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo nº 23034.001074/88-41, iniciaram-se as obras para construção de uma Escola Agrotécnica no município de São Gabriel da Cachoeira, na época denominada “ESCOLA AGROTÉCNICA MARLY SARNEY”.

Dessa forma instituída, a Escola Agrotécnica pousa na região trazendo na bagagem todo um pacote tecnológico difundido pelo MEC nos mesmos moldes aplicados, por exemplo, na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, contextualizado no modelo convencional, com um currículo voltado para criação de grandes animais, agricultura focada na industrialização preconizando o uso de técnicas e insumos industrializados, bem como

sementes híbridas e variedades de plantas selecionadas com vistas ao alto rendimento estabelecido pelo agronegócio.

No período compreendido entre 1988 e 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósitos da Secretaria de Obras da Prefeitura. Neste período houve uma grande deterioração das edificações, devido principalmente ao seu baixo padrão de construção, bem como a falta de conservação das mesmas, além das constantes investidas de saqueadores. É relevante destacar que em 1992 os técnicos da então Delegacia do MEC no Amazonas realizaram uma visita de avaliação na escola e registraram fatos como a disposição das edificações com grandes distâncias entre elas, fator este prejudicial, por exemplo, a integração entre o corpo de servidores e os alunos, destacando ainda a má qualidade do acabamento das instalações, o baixo padrão de construção e deterioração, apresentada pouco tempo depois de concluída a obra. Seguindo nas observações os técnicos destacaram as características do solo no interior da escola, a princípio impróprios ao desenvolvimento de agricultura.

Com o ato de criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAFSGC), a partir da publicação da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1993, a escola teve sua primeira Diretoria Pró- tempore e neste mesmo ano foi transformada em autarquia através da Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993. No ano de 1994 foram realizados dois concursos públicos para o provimento de vagas para docentes e para técnicos administrativos nos níveis de apoio, médio e superior, de acordo com Portaria MEC nº 1.191 de 17 de setembro de 1993. Os profissionais contratados para atuar na escola foram preparados e concursados para atuar no modelo convencional de Agropecuária.

Em 1995, houve o ingresso da primeira turma de alunos no curso Técnico em Agropecuária com currículo preconizando a formação técnica centrado nas distorções de profissionalização da antiga LDB. A partir de 1999, após a implantação da reforma do ensino profissionalizante alcançada pelos artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 e regulamentada pelo Decreto 2.208/97, que estabeleceu uma “organização curricular para a Educação Profissional de nível

médio de forma independente e articulada ao ensino médio, associando a formação técnica à educação básica e apontando a necessidade de definição de diretrizes curriculares com o objetivo de adaptá-las às tendências mais recentes do mercado de trabalho”, a EAFSGC passou a oferecer a Educação Profissional de nível médio, seguindo os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional com seus cursos situados na área de Agropecuária, com as habilitações de Agricultura, Zootecnia e Recursos Pesqueiros.

As mudanças implementadas com o Decreto 2.208/97, separando o ensino médio do ensino profissionalizante, com a criação e extinção de cursos técnicos orientados pela demanda do mercado de trabalho, foi extremamente danosa para a EAFSGC pelo fato da economia local ser voltada para o comércio e serviços, não apresentando nenhuma vocação para explorações agrícolas empresariais. Com as duas modalidades de ensino separadas, os alunos preteriam os cursos técnicos em favor do ensino médio, ocasionando o esvaziamento das turmas, decretando a quase falência do ensino profissionalizante, fato agravado ainda mais com a falta de perspectiva de absorção pelo mercado de trabalho inexistente no município.

A partir de 1987 o Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) vem assessorando no processo de demarcação e consolidação das terras indígenas e mais recentemente a partir de 1995 se inicia um processo de questionamentos sobre a forma de atuação e o papel da EAFSGC no novo contexto territorial da região, que tem agora a necessidade das organizações indígenas legalmente constituídas de buscarem formas de gestão de suas terras demarcadas com a identificação de potencialidades econômicas. Seguindo essa dinâmica, o ISA inicia a implantação de projetos-pilotos com escolas indígenas diferenciadas, com o objetivo de propor um modelo de educação escolar compatível com a realidade socioambiental do alto Rio Negro.

Em 1998, em meio a toda transformação da Educação Profissional no país a EAFSGC recorre ao ISA e a FOIRN buscando subsídios para a formulação dos planos de cursos para atender a demanda das mudanças

provindas com a nova LDB e particularmente com o Decreto 2.208/97. Nessa época, após palestras ministradas por representantes do Instituto Socioambiental, é emitido o primeiro documento reivindicando uma reestruturação da EAFSGC contendo recomendações sobre os eixos temáticos prioritários a serem abordados pela escola. Tais recomendações - por falta de disposição ou até mesmo por falta de compreensão dos dirigentes da escola em relação ao contexto no qual a escola estava inserida e da transformação geopolítica regional ocorrida na época - não foram traduzidas em favor das transformações conceituais e estruturais que a escola necessitava.

Posteriormente, com as sucessivas crises institucionais pela qual passou, a EAFSGC entrou em completo declínio traduzido no alto índice de evasão, baixa procura pelos cursos e falta de credibilidade perante a comunidade local, como também junto ao MEC que visualizava esta unidade como uma das mais problemáticas da Rede Federal até então administrada por Diretores Pro-tempore, todos pertencentes ao quadro da EAF de Manaus. Mesmo com a realização de eleições para escolha do Diretor Geral ocorrida em maio de 1999, a crise institucional intensificou seguindo até fevereiro de 2002 quando o então eleito Diretor foi destituído do cargo antes do término de seu mandato e demitido do Serviço Público Federal pelo Ministro da Educação.

Em agosto de 2003, a FOIRN realizou um Seminário com o lançamento do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS) e nesse mesmo período a EAFSGC realizou o I Seminário de Educação Profissional do Alto Rio Negro, com o objetivo de articular as ações da escola com outras políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável para a região do Alto Rio Negro, bem como a obtenção de subsídios para a construção de uma Proposta Político-Pedagógica da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.

A partir destes eventos a Direção da Escola se comprometeu em balizar as ações institucionais viabilizando as adequações curriculares, o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para as demandas das comunidades indígenas, bem como a intensificação da presença institucional nas terras indígenas, com o intuito de fomentar e promover o ensino voltado para as potencialidades econômicas locais, tendo como base teórica o

documento final do PRDIS onde consta um capítulo exclusivo sobre a educação profissional e em particular à EAFSGC.

Com a transformação ocorrida em 1993 onde todas as Escolas Agrotécnicas Federais do Brasil saíram da Administração Direta e passaram a ter personalidade jurídica de autarquias, neste particular transferiu-se também toda a responsabilidade dos problemas até então existentes, assim como outros que ainda estavam por vir, para os Diretores que se sucederam nas gestões da escola. Dessa forma, sem a participação do MEC na formatação pedagógica da escola, tendo a mesma nascida em meio a uma total transformação das diretrizes educacionais do país, resultou na frustração da expectativa da comunidade local.

Durante a fase mais crítica da instituição o MEC providenciou uma equipe para conduzir a Revitalização da EAFSGC, trabalho desastroso que não logrou êxito por tentar irresponsavelmente a realização de um processo verticalizado sem a participação da comunidade escolar.

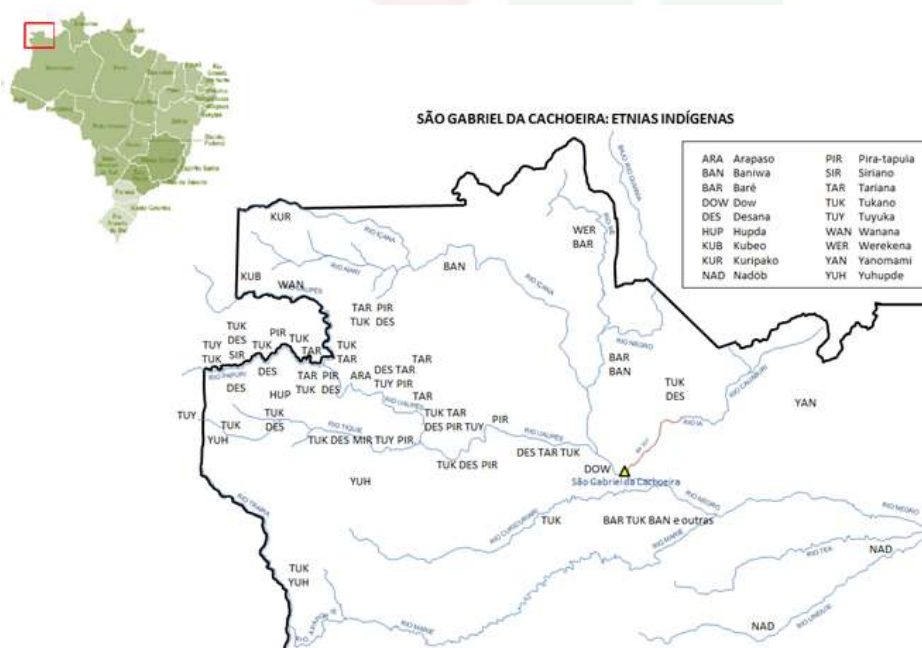
Em abril de 2005 seguindo ao disposto no item 15 do Termo de Compromisso assinado durante o I Seminário Interinstitucional “Construindo a educação indígena na região do rio Negro” promovido pela FOIRN/ISA ocorrido em fevereiro deste mesmo ano, a EAFSGC realiza um seminário público com a presença da SETEC, FOIRN, ISA, FUNAI para apresentar e debater sobre a situação atual e o funcionamento da escola e por fim tirar diretrizes para sua reorientação. Neste seminário foi produzido um termo de compromisso assinado pelas instituições presentes, com o objetivo de contribuir para o processo de reorientação da EAFSGC onde estava prevista a formação de um Conselho Político Pedagógico, com membros da EAFSGC, FOIRN, FUNAI, alunos e egressos, com o propósito de discutir e elaborar o documento base da Proposta Político Pedagógica da então EAFSGC.

Em toda a trajetória da então EAFSGC, sempre ficou evidenciado uma predisposição dos servidores em “proteger” a instituição contra o domínio do movimento indígena, resistência que vem sendo vencida com a intensificação da discussão e abertura para que as organizações indígenas, representadas pela FOIRN possam expor suas aspirações em relação à escola e contribuir

efetivamente na construção de seu Projeto Político Pedagógico. O movimento indígena entendia que o MEC diretamente pudesse intervir na condução da escola, tanto que em documentos solicitaram a reestruturação/refundação da EAFSGC.

Atualmente, há o entendimento de que o processo deve ocorrer num diálogo intercultural, tendo como principais parceiros a comunidade escolar da instituição e o movimento indígena organizado, representado pela FOIRN, tendo ainda o apoio das instituições atuantes na região, além da força política, através de emendas parlamentares, que tem financiado várias ações da instituição, todas elas para o desenvolvimento da região do rio Negro. No atual momento percebe-se também maior disposição da SETEC em apoiar os projetos de construção de novas propostas para a região.

Figura 3 - Região da Cabeça do Cachorro: São Gabriel da Cachoeira/ AM



A região do Rio Negro, principal área de abrangência do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, é constituída pelos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, e nela convivem vinte e três povos indígenas, falantes de idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas: Tukano Oriental, Aruák, Maku e Yanomami. No município de São Gabriel da Cachoeira a população indígena é estimada em trinta e

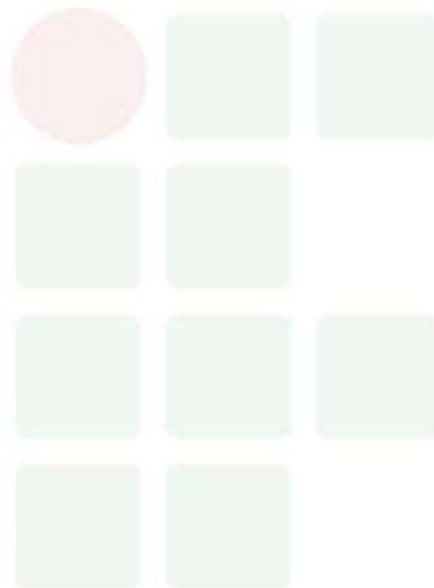
cinco mil pessoas, vivendo em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região já homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.00 km².

Ao considerarmos o contexto regional em que estamos inseridos, importa-nos levar em conta a concepção aberta e complexa de espaço e não como uma unidade territorial fechada. E, neste sentido, optamos um ângulo epistemológico que vê no espaço algo “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não isoladamente, mas como o quadro único no que a história se dá” (SANTOS, 2004, 63).

O IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira, no espaço em que atua, busca na identificação e reconhecimento das potencialidades da região a criação de alternativas econômicas sustentáveis, baseadas no diálogo entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os métodos científicos ocidentais, visando produzir referências técnicas que ajudem na melhoria das condições de vida das populações do noroeste do Amazonas, prioritariamente os povos indígenas. Nessa linha de pensamento, o IFAM – Campus SGC vem viabilizando ações para a valorização do patrimônio cultural e ambiental da região do alto Rio Negro.

Entretanto, ao tratarmos do patrimônio cultural e ambiental regional aqui em foco, precisamos considerar o suporte conceitual aí implicado. Numa perspectiva *malinowskiana*, “a cultura consiste no conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e nos costumes humanos” (MALINOWSKI, 2009). Ao mesmo tempo, em se tratando de um contexto fortemente marcado pela presença de agentes socioculturais originários da região em referência, isso implica levarmos em conta os conhecimentos tradicionais construídos por estes atores locais, remetendo-nos a uma epistemologia política das etnociências, como perscrutadora das “formas de construção e codificação dos saberes indígenas, sua correspondência com os conhecimentos científicos e suas estratégias gnosiológicas diferenciadas” (LEFFE, 2001, p. 263).

Nesta região do Rio Negro convivem vinte e três povos indígenas, que falam idiomas pertencentes a quatro famílias linguísticas distintas (Tukano Oriental, Aruák, Makú e Yanomami) nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. No município de São Gabriel da Cachoeira a população total é de trinta e cinco mil pessoas, espalhadas em setecentos e cinquenta comunidades ao longo dos rios da região⁴, do lado brasileiro. Grande parte desta população vive nas cinco maiores terras indígenas da região, já reconhecidas oficialmente e homologadas (1998), que formam uma área contínua de 106.000 km².



⁴ Segundo informações do *Banco de Dados das Comunidades do Alto e Médio Rio Negro* do Instituto Socioambiental – ISA (1996).

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar o cidadão Técnico em Informática capaz de instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores, desenvolver e documentar aplicações para desktop com acesso a web e a banco de dados, realizar manutenção de computadores de uso geral e instalar e configurar redes de computadores locais de pequeno porte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Oportunizar ao cidadão acesso qualificado à empregabilidade;
- b) Formar profissionais aptos ao mundo do trabalho;
- c) Desenvolver atividades pertinentes à área de informática como: desenvolvimento de software, utilização de sistemas operacionais, prover acesso à internet, montagem de arquiteturas de redes e manutenção de hardware;
- d) Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e internet;
- e) Prestar suporte de redes e realizar treinamento a usuários de recursos de informática;
- f) Possibilitar aos estudantes a construção, no ambiente escolar, de senso de competência e valores que lhes tornem capazes de serem responsáveis pela parte que lhes cabe para a promoção humana e o desenvolvimento social;
- g) Contribuir para a formação mais completa, de caráter integral para a leitura do mundo e atuação como cidadão pertencente a um país dignamente a sua sociedade política;
- h) Oportunizar aos jovens do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente uma formação que assegure o seu ingresso no mundo do trabalho e conseqüentemente a

confiança na elevação da escolarização como meio de realização pessoal.

- i) Instalar e configurar os componentes periféricos de computador, sistemas operacionais e aplicativos, de forma adequada, garantindo seu funcionamento;
- j) Conceber e especificar soluções informatizadas, mediante análise das necessidades dos usuários.



4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus* São Gabriel da Cachoeira ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de

classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico de Nível Médio em Informática é o profissional que instala sistemas operacionais, aplicativos periféricos para desktop e servidores. Desenvolve e documenta aplicações para desktop com acesso a web e banco de dados. Realiza manutenção de computadores de uso geral. Instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresas de assistência técnica. Centros públicos de acesso à internet.

5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Esta seção tem como objetivo apresentar as certificações intermediárias em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo, as possibilidades de formação continuada em cursos de Especialização Técnica de Nível Médio e as possibilidades de verticalização para cursos de graduação, conforme CNCT/3ª Edição 2014:

- Possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo: Administrador de Banco de Dados. Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet. Programador de Sistemas. Instalador e Reparador de Redes de Computadores. Operador de Computador. Montador e Reparador de Computadores.
- Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo: Especialização técnica em programação web. Especialização técnica em banco de dados. Especialização técnica em redes de computadores.

Especialização técnica em manutenção de servidores e dispositivos de armazenamento.

- Possibilidades de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo: Curso superior de tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas. Curso superior de tecnologia em redes de computadores. Curso superior de tecnologia em bancos de dados. Curso superior de tecnologia em gestão de tecnologia da informação. Curso superior de tecnologia em jogos digitais. Curso superior de tecnologia em segurança da informação. Curso superior de tecnologia em sistemas para internet. Bacharelado em ciência da computação. Bacharelado em sistemas de informação. Bacharelado em engenharia de software. Bacharelado em engenharia de computação.

No âmbito do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente do IFAM – *Campus* São Gabriel da Cachoeira, existe a possibilidade do aluno possuir 2 (duas) certificações intermediárias, sendo:

- **Certificação Profissional – Operador de Computador:** após a integralização com êxito de todas as disciplinas do 1º Módulo.
- **Certificação Profissional – Programador de Sistemas:** após a integralização com êxito de todas as disciplinas do 2º Módulo.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) – *Campus* São Gabriel da Cachoeira organizou a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na forma Subsequente, de maneira que proporcione o trabalho interdisciplinar; a organização e dinamização dos processos de ensino-aprendizagem; a formação integral do cidadão, a partir da construção coletiva, integrando os docentes do *Campus* e, a consultas aos setores produtivos e administrativos, bem como a sociedade civil organizada.

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com grande representatividade nos Institutos Federais, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática. Esta contribuição é salutar ao entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, foi projetado para oferecer aos educandos uma formação profissional “integrada às diferentes modalidades e formas de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Artigo 39 da LDB), permitindo o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho.

O curso está inserido no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, segundo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - 3ª Edição/2016.

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, oferecido pelo IFAM - *Campus* São Gabriel da Cachoeira, tem sua matriz curricular organizada em regime semestral, a qual será desenvolvida em três módulos, nesse período, perfazendo uma carga horária total de 1600 horas, distribuídas da seguinte forma:

Carga Horária da Formação Profissional	1200h
Atividades Complementares	100h
Carga Horária de Estágio Profissional Supervisionado	300h
Carga Horária Total	1600h

A organização curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente observa as determinações legais presentes na LDBEN 9394/96, aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Resolução CNE/CEB nº 06/2012, fundamenta-se ainda no Regulamento da Organização Didático-Acadêmico do IFAM – Resolução CONSUP/IFAM nº 94/2015, e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014, bem como na Lei do estágio 11.788/2008.

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência e tecnologia. O que cumpre o disposto do Art. 39 da LDB Nº 9394/96, o qual estabelece que a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos

tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é

proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da

subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma

identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de

carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros,

assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades

históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir por meio das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p.15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (Básico, Tecnológico e Politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº 06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio profissional supervisionado, trabalho de conclusão de curso técnico, projetos de pesquisa, projetos de extensão,

práticas de laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p.64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o *campus* se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de Educação a Distância, sempre que o *Campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe gestora de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

As disciplinas que poderão ser ministradas a distância estão descritas abaixo:

- **Fundamentos de Sistemas Operacionais**
- **Meio Ambiente, Saúde e Segurança**
- **Interação Homem-Computador**

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe gestora e alunos no início de cada período letivo e sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração

entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus São Gabriel da Cachoeira*.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Resolução nº 06/2012, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);

- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prevê a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por Eixo Tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao Eixo Tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade

dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional (Núcleo Tecnológico)	1200h
Atividades Complementares	100h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	300h
Carga Horária Total	1600h

Quadro 1- Matriz Curricular

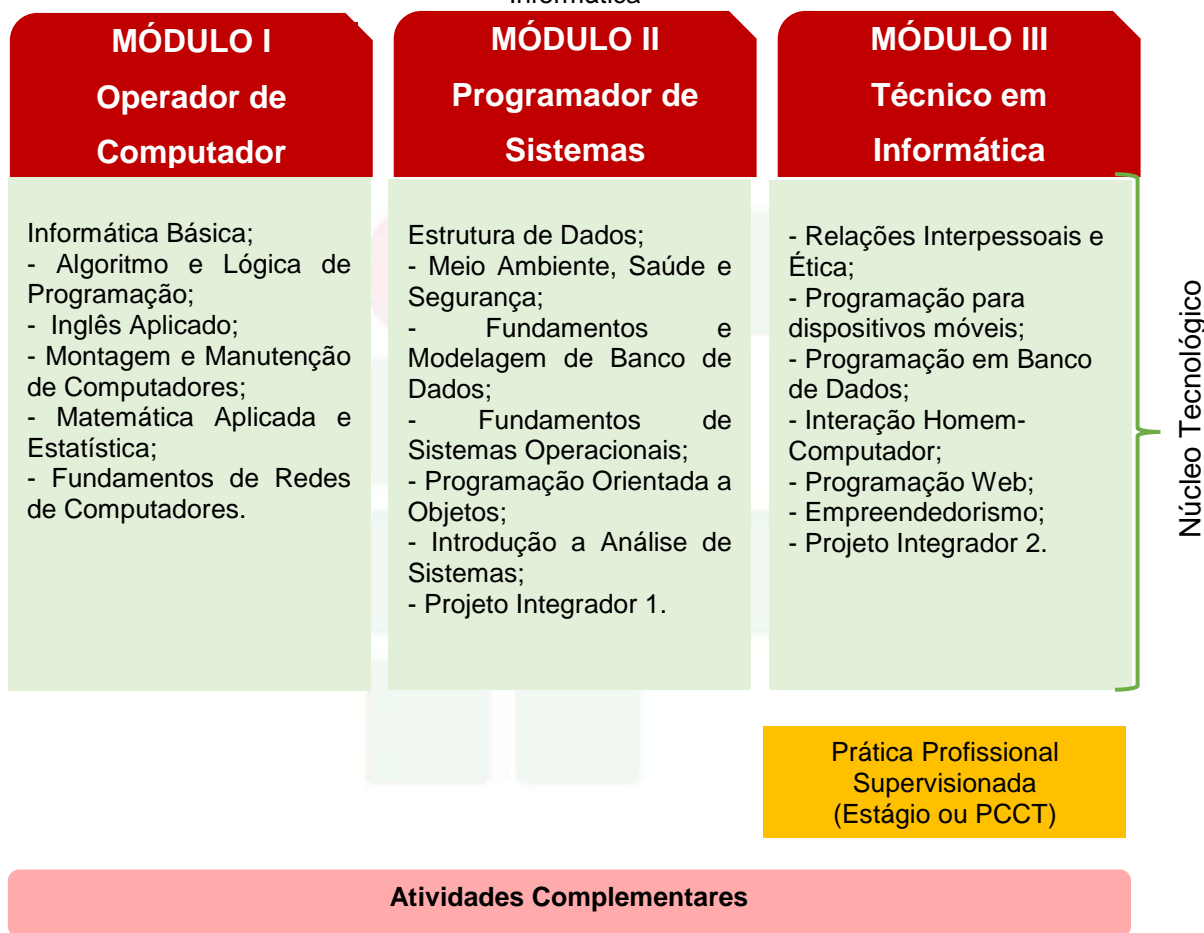
		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus São Gabriel da Cachoeira						
		EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA						
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2019		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)					
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral	
			Teórica	Prática	AVA			
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ESPECÍFICA (NÚCLEO TECNOLÓGICO)	MÓDULO I Operador de Computador	Informática Básica	20	20	-	2	40
			Algoritmo e Lógica de Programação	40	40	-	4	80
			Inglês Aplicado	20	20	-	2	40
			Português Aplicado	20	20	-	2	40
			Montagem e Manutenção de Computadores	40	40	-	4	80
			Matemática Aplicada	40	40	-	4	80
			Fundamentos de Redes de Computadores	40	40	-	4	80
			SUBTOTAL	200	200	-	20	400
		MÓDULO II Programador de Sistemas	Estrutura de Dados	40	40	-	4	80
			Meio Ambiente, Saúde e Segurança	20	20	40	2	40
			Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	20	20	-	2	40
			Fundamentos de Sistemas Operacionais	20	20	20	2	40
			Programação Orientada a Objetos	40	40	-	4	80
			Introdução a Análise de Sistemas	40	40	-	4	80
			Projeto Integrador 1	20	20	-	2	40
			SUBTOTAL	200	200	-	20	400
		MÓDULO III Técnico em Informática	Relações Interpessoais e Ética	20	20	-	2	40
			Programação para dispositivos móveis	40	40	-	4	80
			Programação em Banco de Dados	40	40	-	4	80
			Interação Homem-Computador	20	20	20	2	40
			Programação Web	40	40	-	4	80
			Empreendedorismo	20	20	-	2	40
			Projeto Integrador 2	20	20	-	2	40
			SUBTOTAL	200	200	-	20	400
		TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL		1200h				
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES		100h				
		ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT		300h				
		TOTAL		1600h				

SUBSEQUENTE

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Este item deve apresentar uma representação gráfica do perfil de formação do curso, o qual tem como objetivo apresentar a estrutura formativa do curso, informando a distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

Figura 4 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional
- Atividades Complementares

6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário
EMENTAS

Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Informática Básica	1º	2	40	Tec
Conceitos básicos de software e hardware. Internet e correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha Eletrônica. Editor de apresentação de slides.				
Algoritmo e Lógica de Programação	1º	4	80	Tec
Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.				
Montagem e Manutenção de Computadores	1º	4	80	Tec
Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.				
Fundamentos de Redes de Computadores	1º	4	80	Tec
Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e				

transporte. O endereçamento da camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.				
Inglês Aplicado	1º	2	40	Tec
Leitura e compreensão de textos técnicos-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.				
Português Aplicado	1º	2	40	Tec
Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita. Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.				
Matemática Aplicada	1º	4	80	Tec
Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático. Panorama histórico da Estatística; Método estatístico: Métodos experimental e estatístico; A Estatística Fases do Método Estatístico (coleta, crítica, apuração, exposição ou apresentação de dados e análise dos resultados); População e Amostra (variáveis qualitativas e quantitativas, técnicas de amostragem); Séries Estatísticas (tabelas e seus componentes, classificação das séries, séries conjugadas, dados absolutos e relativos); Gráficos Estatísticos: Distribuição de Frequência; Medidas de Tendência Central; Medidas de Dispersão/Variabilidade; Principais delineamentos estatísticos.				
Estrutura de Dados	2º	4	80	Tec
Introdução a Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e Busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das Estruturas em uma Linguagem de Programação.				
Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	2º	2	40	Tec
Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de Dados.				
Fundamentos de Sistemas Operacionais	2º	2	40	Tec
Histórico. Classificação. Estrutura dos Sistemas Operacionais. Mono e Multiprogramação. Processos. Técnicas de Escalonamento de Processos. Sincronização de Processos. Threads. Gerencia de Memória em Sistemas Multiprogramados. Técnicas de Gerencia de Memória Real. Técnicas de Gerencia de Memória Virtual: Paginação e Segmentação. Sistemas de Arquivos. Sistemas de				

Entrada e Saída. Estudo de um Sistema Operacional Real.				
Programação Orientada a Objetos	2º	4	80	Tec
Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de Classes, Objetos, Herança, Encapsulamento e Polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e Exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando Linguagem de Programação Orientada a Objetos.				
Introdução a Análise de Sistema	2º	4	80	Tec
Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de Levantamento de Dados. Modelo e Modelagem. Desenvolvimento e Estudo de Caso.				
Projeto Integrador I	2º	2	40	Tec
Métodos e Técnica de Pesquisa. Elaboração e Apresentação do Trabalho Técnico-Científico. Principais Normas dos Trabalhos Acadêmicos, Conforme as Normas Vigentes da ABNT. Aspectos básicos da Qualidade: ciclo PDCA, métodos de prevenção e solução de problemas: MASP, FMEA, FTA e 6 Sigma; Normalização: normalização internacional, nacional e de empresas; normas básicas; elaboração de normas técnicas e especificações; aspectos básicos da qualidade industrial; análise da qualidade; normas básicas para planos de amostragem e seus guias de utilização.				
Meio Ambiente, Saúde e Segurança	2º	2	40	Tec
Definições. Evolução Histórica. A Consciência Ambiental. Sustentabilidade. A Sociedade. Impactos Ambientais. Poluição do Solo. Poluição das Águas. Defesa do Meio Ambiente. Estocolmo 72. Modelo Consumista de Desenvolvimento. Legislação Ambiental. Noções sobre Legislação Trabalhista e Previdenciária. Noções de Normas Regulamentadoras. Acidentes. Riscos Ambientais.				
Programação para Dispositivos Móveis	3º	4	80	Tec
Características dos Dispositivos Móveis. Arquiteturas de Aplicação Móvel. Infraestrutura Móvel. Projeto de Interfaces para Dispositivos Móveis. Programação de Aplicações para Clientes Móveis. Transferência de Dados Cliente-Servidor.				
Programação em Banco de Dados	3º	4	80	Tec
Projeto de Implementação de Banco de Dados. Utilização e Aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.				
Interação Homem Computador	3º	2	40	Tec
Fatores Humanos em Software Interativo. Padrões e Estilos de Interação. Atributos de Qualidades em IHC. Métodos e Técnicas de Análise, Projeto, Implementação e Avaliação em IHC.				

Programação Web	3º	2	80	Tec
Introdução à Web. O Modelo Cliente e Servidor. O Protocolo HTTP e sua Relação com a Web. Arquiteturas de Desenvolvimento de Aplicações para Web. Tecnologias de Programação e Aplicações para Web. Desenvolvimento de uma Aplicação Web utilizando Linguagens de Programação e Ambiente de Desenvolvimento de Software/ Sistema para Web.				
Projeto Integrador II	3º	2	40	Tec
Desenvolvimento de um projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.				
Relações Interpessoais e Ética	3º	2	40	Tec
Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética do Profissional no Âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.				
Empreendedorismo	3º	2	40	Tec
Visão Geral sobre Empreendedorismo. Perfil do Empreendedor. Identificando Oportunidades de Negócio. Empreendimentos de Base Tecnológica. Plano de Negócios. Ferramentas de Plano de Negócios.				

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas, que deve ser cumprida ao longo do referido curso.

A participação em atividades complementares e a apresentação do Relatório Final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, ao longo dos três semestres letivos, à medida em que for realizando as atividades complementares (nas suas diferentes ofertas), deverá protocolar junto ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo⁵ apontando as atividades desenvolvidas a cada semestre. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas as cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no Quadro 3. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações

⁵ A estrutura de Memorial Descritivo deverá ser elaborada pela Coordenação de Curso/Eixo após alinhamento com a Diretoria de Ensino, ou equivalente do *Campus*.

realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente. Vale destacar que, caso o IFAM prove uma nova resolução com regulamento específico sobre as atividades complementares no âmbito dos Cursos Técnicos de Nível Médio, os discentes deverão utilizar como base as recomendações no novo Regulamento.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida

		<p>pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor</p>
Monitoria	Máximo de 60 horas	<p>Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.</p>
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	<p>Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.</p>
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	<p>4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador).</p> <p>3 (três) horas por participação em peça de teatro.</p> <p>3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema</p>	<p>Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).</p>
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	<p>Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.</p>
Publicações	<p>20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.</p> <p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p>	<p>Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.</p>

	30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.	
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2012, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus* São Gabriel da Cachoeira fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da

documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 300 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 3º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com à área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da Prática Profissional Supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), onde 40% dessa nota será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o

interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 1200 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

6.7.3 **Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT**

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM *campus* São

Gabriel da Cachoeira. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 2º módulo do curso (2º semestre) e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso Técnico, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 300 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: 40 (quarenta) horas presenciais e 160 (cento e sessenta) horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para

Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou coorientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Informática segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os

critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada módulo com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de módulo, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos

de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;

- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do

- Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V – serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Cíveis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA SUBSEQUENTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades no Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

Tendo em vista a organização em módulos (Lei Federal nº 9.394/96 – Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, possuir caráter de terminalidade com o efeito de qualificação profissional, concedendo o direito, ao final de cada módulo, de certificação intermediária conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - O CNCT (Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014).

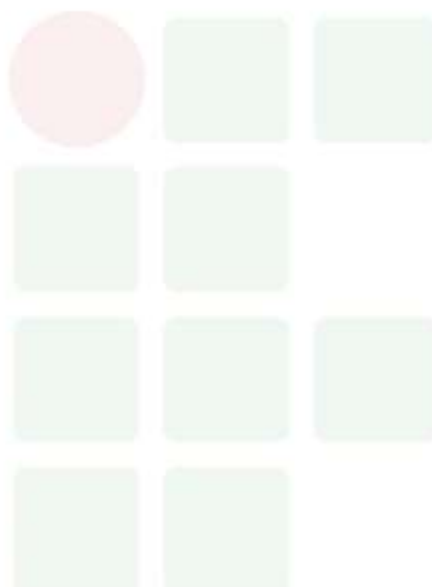
Dessa forma, as certificações intermediárias serão concedidas ao final da conclusão e aproveitamento de todas as disciplinas de cada módulo, sendo:

- **Certificação Profissional – Operador de Computador:** após a integralização com êxitos de todas as disciplinas do Módulo 1.
- **Certificação Profissional – Programador de Sistemas:** após a integralização com êxitos de todas as disciplinas do Módulo 2.

O discente receberá o diploma de **Técnico de Nível Médio em Informática** pelo IFAM, após a **integralização de todos os componentes curriculares** estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, **integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.**

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela

regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.



10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

10.1 BIBLIOTECA

Com o Ato de criação da Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAFSGC), e a partir da publicação da Lei nº 8.670, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 1993, a escola teve sua primeira Diretoria *Pró-tempore* e neste mesmo ano foi transformada em autarquia através da Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993.

Para a composição do quadro de servidores para atuarem na escola foram realizados dois concursos públicos para o provimento de vagas para docentes e para técnicos administrativos nos níveis de apoio, médio e superior, conforme com a Portaria MEC Nº 1.191 de 17 de setembro de 1993.

Os profissionais concursados e contratados nesse certame atuaram no modelo convencional de escola agropecuária. Dentre esses profissionais, em 26 de dezembro de 1994 foi nomeado um auxiliar de biblioteca, sendo este o servidor que iniciou as atividades de organização do acervo já existente.

Naquele período, a biblioteca funcionou ainda sem local próprio, o acervo, mobiliário e servidores do setor foram lotados no auditório da instituição, um espaço de 281,05 m². Assim em 1995, houve o ingresso da primeira turma de alunos no curso Técnico em Agropecuária, apesar do espaço limitado, foi possível acomodar o acervo e ofertar um local de estudo suficiente para os estudantes bem como os serviços básicos de atendimento ao usuário e circulação de materiais, sendo permitidos empréstimos domiciliares.

Conforme o Diagnóstico das Bibliotecas das Escolas Agrotécnicas Federais, levantando pelo primeiro auxiliar de biblioteca o servidor Gláucio Ernandes Siqueira Gonçalves e enviado pelo Diretor Geral Heraldo de Oliveira Gomes ao MEC em 18 de agosto de 1995, a Biblioteca possuía a identificação de Biblioteca Comunitária Professor Manoel Correia Lima, sendo este dado em homenagem ao primeiro Diretor Geral da Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira. Neste período o acervo em sua maioria era composto

por 513 títulos compostos por livros de Segundo Grau, adquiridos por meio de compras públicas e livros de ensino técnico provindos de doações de outras instituições.

Em razão de reformas realizadas no auditório (por volta de 1999), a biblioteca passou a ocupar a antiga sala de desenho técnico (onde atualmente funciona como laboratório de informática – ano de 2018). O novo espaço físico possibilitou adequações para um ambiente mais apropriado havendo a divisão do acervo e mesas para estudos.

A biblioteca permaneceu neste local até o ano de 2011, quando através de projeto desenvolvido na gestão do Diretor Geral Professor Paulo Assis Cavalcante Nascimento, houve a construção de um prédio onde funcionaria a sala dos professores, o laboratório de física, duas salas administrativas e duas salas de aulas (as quais atualmente foram transformadas em laboratório para aulas práticas voltadas para áreas de saúde) no andar térreo, já o andar de cima foi todo destinado as acomodações da biblioteca, um espaço de aproximadamente 610,67m², distribuído com os seguintes ambientes: terminal de atendimento, sala de estudos, acervo circulante, estudo individualizado, estudo em grupo, bibliolab, sala de coordenação e processamento técnico do acervo.

Atualmente a Biblioteca Comunitária Professor Manoel Correia Lima continua aberta ao acesso da comunidade interna e externa do *Campus* São Gabriel da Cachoeira e funciona nos três horários de expediente. Seu acervo se aproxima aos 20.000 títulos, é constituído por livros de assuntos gerais e didáticos, técnicos, científicos e literários; seção de referência, composta por enciclopédias, anuários, catálogos, guias, almanaques e atlas e seção de multimeios, composta por DVD's, este acervo será ampliado devido a aquisição de mais de 900 novos títulos que foram comprados em 2017 e que ainda são entregues pela editora responsável de forma gradativa.

A biblioteca está em fase de registro do acervo no sistema online, porém, por se tratar de um trabalho extenso a biblioteca pretende-se iniciar a circulação de materiais por meio informatizado somente por volta do segundo semestre de 2019.

A biblioteca possui espaço para estudo individual e em grupo, e 03 máquinas para acesso à internet.

Resolução n°. 46-CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015, onde o Reitor aprova o Regulamento Interno das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (Resolução n. 31 CONSUP/IFAM de 23/06/2017);

Serviços, produtos, eventos e projetos realizados pela biblioteca:

- Acesso à internet por computadores;
- Alimentação de base de dados (referências bibliográficas nos catálogos);
- Atendimento ao usuário;
- Assistência na consulta de títulos;
- Empréstimos domiciliares;
- Disponibilização de salas de estudo;
- Guarda – volumes;
- Orientação Bibliográfica;
- Realização de exposições, mostras palestras referente ao projeto. Alguns exemplos de ações desenvolvidas nesse sentido foram:
- Exposição Literária Feminina: MULHERES MARCANTES NAS PÁGINAS LITERÁRIAS; Apresentação sobre obras de Clarice Lispector e o desenvolvimento de ações referente a projeto Valorização do Estudante; entre outros.

O acervo da Biblioteca Manoel Correia Lima é composto por um acervo geral, constituído por livros de assuntos gerais e didáticos, técnicos, científicos e literários; seção de referência, composta por enciclopédias, anuários, catálogos, guias, almanaques e atlas e seção de multimeios, composta por DVD's. O acervo eletrônico é disponibilizado gradativamente conforme a realização de seu cadastro no sistema GNUMTECA.

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A Biblioteca Comunitária do *Campus* São Gabriel da Cachoeira - foi criada na década de 90. Funciona em ambientes bem distribuídos para acomodação de acervo e usuários. Atualmente a Biblioteca dispõe do seguinte acervo:

- Livros
- Número de Títulos: 3.443
- Número de Volumes: 5.861
- Coleções
- Número de Títulos: 42
- Número de Volumes: 73
- Fitas
- Número de Títulos: 52
- Número de Volumes: 52
- DVDS
- Número de Títulos: 117
- Número de Volumes: 138

A Biblioteca atende aos usuários dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Administração, Agropecuária, Secretariado, Secretaria Escolar, Informática, Agente Comunitário de Saúde, Enfermagem, professores e técnicos-administrativos, profissionais liberais, instituições, além de professores e alunos de outras Instituições de Ensino, candidatos a concursos públicos, egressos, técnicos, produtores, trabalhadores rurais, pesquisadores, visitantes e até o produtor/trabalhador rural semi – alfabetizado.

A Biblioteca é integrada a Rede da Escola com acesso a internet para alunos e demais clientela, disponibilizando 03 (três) computadores.

Todos os itens encontram-se devidamente catalogados e disponibilizados para os usuários para consulta e/ou empréstimo.

10. 1 Espaço Físico

Dependências	Quantidade
Direção Geral	1
Gabinete da Direção Geral	1
Recepção/Telefonista	1
Departamento de Administração e Planejamento	1
Coordenadoria Geral de Administração e Finanças	2
Protocolo	1

Setor de Patrimônio/Setor de Contabilidade	1
Licitação	1
Almoxarifado	1
Coordenadoria Geral de Recursos Humanos	2
Comissão Permanente de Licitação	1
Coordenação de Serviços de Apoio	1
Gabinete Odontológico	1
Quadra Poliesportiva Coberta	1
Secretaria Escolar	1
Quadra de Esportes	2
Área de Recreação/Lazer/Convivência	2
Biblioteca	1
Sala de Desenho	1
Salas de Aula	17
Salas de Aula Ambiente	3
Cantina Escolar	1
Biblioteca em Construção	1
Auditório	1
Departamento de Desenvolvimento Educacional	1
Coordenação de Pesquisa Institucional	1
Coordenação de Ensino Superior	1
Coordenação Geral de Ensino	2
Coordenação de Integração Escola Comunidade	1
Departamento de Desenvolvimento do Ensino	1
Coordenação Geral de Assistência ao Educando	1
Coordenação do Programa de Iniciação Científica	1
Setor de Códigos e Linguagens	1
Setor de Tecnologia da Informação	1
Sala dos Professores (em construção)	2
Quadra de Areia	1
Área de Lazer Coberta	2
Residências para Servidores	20
Alojamentos para Estudantes	5
Lavanderia	1
Cozinha e Refeitório Escolar	1
Cantina Escolar	1

Banheiros	9
Setor de Mecanização	1
Setor de Aquicultura(Piscicultura E Quelonicultura) e Reprodução de Peixes	1
Barragem	1
Barragem em Construção	1
Pista de Skate em Construção	1
Setor de Suinocultura	1
Setor de Avicultura	1
Setor de Bovinocultura	1
Setores de Agricultura	3
Viveiro para Produção de Mudas	1
Estação Meteorológica	1
Carpintaria	1
Fábrica de Ração Animal	1
Agroindústria	1
Área Total Construída	15240
Área Total	2.000.700

10.2 Infraestrutura física

AMBIENTE	QTDE	ÁREA (m ²)
Salas de Aula	14	1122,8
Salas de Aula	14	1122,8
Salas de Estudo	1	45
Laboratórios	4	554,3
Lancheonete/Cantina	01	69,30
Wc. masculino / Feminino / Pne	01	131,00
Sala da Manutenção		--
Almoxarifado	01	295,50
Sala da Reprografia	01	12,40
CPD		--
Gabin. médico / odontológico	01	16,00

Administração (coordenações/setores pavilhão adm.)	07	285,28
Loja		--
Diretoria Acadêmica (DDE)	01	25,20
Recursos Audiovisuais		--
Sala Vídeo Conferência		--
Biblioteca	01	111,30
Chefia de Gabinete	01	21,00
Sala de Professores (em construção)	01	67,38
Relações Comunitárias		--
Secretaria Escolar	01	48,70
Protocolo	01	19,80
Sala de Reunião		--
Secretaria		--
Copa	01	10,70
Gerência de Ensino (CGE)	01	49,80
Apoio Pedagógico (CGAE)	01	38,92
Coordenação		
Auditório	01	113,80
Salão (Hall)		
Área de Convivência	01	113,8
Subestação	01	12,60
	TOTAL (m²)	3.185,68 m²

10.3 Laboratório

- Laboratórios de Informática
- Descrição dos equipamentos: 40 computadores, rede de computadores, internet banda larga.

11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1 CORPO DOCENTE

O *campus* São Gabriel da Cachoeira conta com servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente. O Quadro 4 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 4. Corpo Docente

Nome	Titularidade	Formação	Regime de Trabalho
Tiago Francisco Andrade Diocesano	Mestre	Graduação em Informática	DE
Marcondes Coelho Feitoza	Mestrando	Graduação em Informática	DE
João Renato Aguiar Soares Júnior	Mestrando	Graduação em Informática	DE
Kléber Veiga Castro	Graduado	Graduação em Informática	CONTRATO
Carlos Eduardo de Souza	Mestre	Licenciatura em Matemática	DE
André Alves de Olanda	Mestre	Licenciatura em Matemática	DE
Kleber de Souza Miranda	Especialista	Licenciatura em Matemática	DE
Edilson Martins Melgueiro	Mestre	Licenciatura em Letras – Língua Nativas	DE

Leonam Matos Lima	Mestre	Administração – Gestão da Informação	DE
Ana Flávia Diógenes	Especialista	Direito	DE

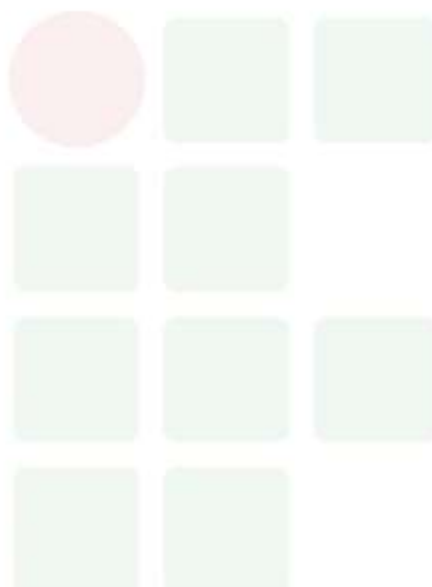
a) Corpo Técnico Administrativo

Quadro 5. Técnicos Administrativos

Nome	Escolaridade	Experiência Profissional	Formação	Regime de Trabalho
Marianne Kaliny Ferreira da Silva	Ensino Superior	Enfermeira	Graduação em Enfermagem	40 horas
Gabriella Castro Guimarães.	Ensino Superior	Enfermeira	Graduação em Enfermagem	40 horas
Viviane Alberta Fernandes Gonçalves	Ensino Superior	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	40 horas
Alessandro Marcondes Albuquerque	Técnico	Auxiliar de Biblioteca	Técnico em Secretaria Escolar	40 horas
Alessandra Gonçalves de Freitas	Técnico	Auxiliar Administrativa	Técnico em Secretariado	40 horas
Carlos Antônio de Lima e Silva	Técnico	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino Médio	40 horas
Claudecir da Silva Barreto	Técnico	Assistente Social	Técnico em Agropecuária	40 horas
Damião Vasconcelos do Vale	Técnico	Técnico de Audiovisual	Ensino Médio	40 horas
Domingos Sávio Brito Fonseca	Medio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Edilson Marcondes Marcelino	Médio	Carpinteiro	Ensino Médio	40 horas
Efrain dos Santos Pereira	Ensino Médio	Servente de Obras	Ensino Médio	40 horas
Eliane Ferreira de Souza	Superior	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
Franciane Santos de Souza	Superior	Psicóloga	Bacharel em Psicologia	40 horas
Francicleia da Silva	Superior	Assistente Social	Graduação em	40 horas

Medeiros			Assistente Social	
Francisco Bruno da Silva Ruiz	Ensino Médio	Auxiliar em Administração	Graduação em Administração	40 horas
Inês Mendes de Lima	Ensino Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Jacirene Maria Gadelha Mendonça	Médio	Cozinheira	Ensino Médio	40 horas
Jane Fernandes Monteiro	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Joaquim da Silva	Médio	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
José Haroldo Cavalcante de Souza	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
José Miguel de Moraes	Médio	Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Josenir Otéro Gonçalves	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Jucilene Firmo dos Santos	Médio	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio	40 horas
Kátia Silva Machado	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas
Marcos Prado da Silva	Médio	Técnico de TI	Ensino Médio	40 horas
Nairson Brazão Queiroz	Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Natanael da Silva Mota	Médio	Técnico em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Odorico Alves da Silva	Ensino Superior	Administrador	Ensino Superior	40 horas
Patrícia Alves Leite	Médio	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio	40 horas
Paula Gonçalves de Andrade	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
Petronilda Matos de Lima	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Rafael Damásio Luciano	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Ruy Alberto Melgueiro	Ensino Superior	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino superior	40 horas
Salete Rodrigues Gomes	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Sandoval Garrido da Silva	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas

Simplicio Galvão da Silva	Médio	Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Zonaide Sandoval Vasconcelos	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



APÊNDICES

APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	INFORMÁTICA BÁSICA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	20	20	-	2	40
EMENTA					
<p>Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
<p>Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação;</p> <p>Ou Licenciatura em: Informática ou Computação;</p> <p>Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.</p>					

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
<ol style="list-style-type: none">1. Todas as disciplinas: Nos assuntos de Internet, Editor de Texto e Editor de Slides é possível ensinar o uso dessas ferramentas utilizando como tema conteúdos de qualquer disciplina.2. Matemática: Planilha Eletrônica.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Desenvolver a capacidade de interação dos alunos ao universo computacional por meio da utilização de sistemas operacionais e de softwares utilitários.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none">1. Capacitar o aluno com conhecimentos básicos de hardware e software.2. Capacitar o aluno na utilização e edição de documentos em um editor de texto, planilha e apresentação de slides.3. Conhecer os conceitos básicos da Internet, bem como, dispor de conhecimento suficiente para acessá-la, transferir arquivos e programas, enviar e receber e-mail e pesquisar em sites de busca.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE
 - 1.1. Tipos de Computadores
 - 1.2. Conceitos Básicos de Componentes de Computadores
 - 1.3. Sistema Operacional e seus Conceitos Básicos
 - 1.4. Principais tipos de Hardware e Softwares

2. INTERNET E CORREIO ELETRÔNICO
 - 2.1. História e conceito de Internet
 - 2.2. Navegadores
 - 2.3. Ferramentas de Busca e Modos de Realização de Busca
 - 2.4. E-mail
 - 2.5. Computação em Nuvem

3. EDITOR DE TEXTO
 - 3.1. Visão geral de editores de texto
 - 3.2. Abas e/ou Menus
 - 3.3. Modos de Visualizações um Documento
 - 3.4. Criar um Documento Novo
 - 3.5. Salvar e Abrir um documento
 - 3.6. Impressão
 - 3.7. Modos de Seleção de Texto
 - 3.8. Formatações de Fonte
 - 3.9. Formatações de Parágrafo
 - 3.10. Revisão da Ortografia e Gramática
 - 3.11. Imagem
 - 3.12. Tabelas
 - 3.13. Formatações de Estilo
 - 3.14. Quebras de Páginas e de Seção
 - 3.15. Cabeçalho e/ou Rodapé
 - 3.16. Número de Páginas
 - 3.17. Sumário

4. EDITOR DE PLANILHA
 - 4.1. Visão Geral dos programas de edição de planilha
 - 4.2. Guias de planilha e seu Gerenciamento (Criar, Editar, Excluir e Mover)
 - 4.3. Salvar e Abrir Documento
 - 4.4. Inserção de linhas e colunas
 - 4.5. Formatação de células: Fonte, Alinhamento e Números
 - 4.6. Formatação condicional

- 4.7. Operadores e funções
 - 4.8. Impressão
 - 4.9. Classificação de Dados
 - 4.10. Filtro e Auto Filtro
 - 4.11. Gráficos
 - 4.12. Impressão, cabeçalho e rodapé
-
5. EDITOR DE APRESENTAÇÃO DE SLIDES
 - 5.1. Visão geral do programa de edição de slides
 - 5.2. Modos de Visualizações de um Slide
 - 5.3. Salvar e Abrir Documento
 - 5.4. Criar um Documento Novo (Slides)
 - 5.5. Formatação de slide
 - 5.6. Formatação de Design
 - 5.7. Transições de slides
 - 5.8. Animações
 - 5.9. Slide Mestre

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CARVALHO, A. C.; LORENA, A. C. Introdução à Computação. 1. ed. São Paulo: LTC, 2017.
- FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. 3. ed. São Paulo: Érica, 2017.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 10. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CORNACHIONE, J. Edgard Bruno. Informática Aplicada às áreas de Contabilidade, Desenvolvimento de Sistemas e Economia. São Paulo: Atlas, 2007.
- FRANCO, Jeferson, FRANCO, Ana. Como Elaborar Trabalhos Acadêmicos nos Padrões da ABNT Aplicando Recursos de Informática. 2. ed. Ciência Moderna, 2011.
- FUSTINONI, Diógenes Ferreira Reis. Informática básica para o ensino técnico profissionalizante. Brasília/DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.
- MARÇULA, Macedo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica. 2010.
- SILVA, Felix de Sena. Word 2013 Básico: para pessoas com deficiência visual: educação profissional. Osasco: Fundação Bradesco, 2016.

ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	ALGORITMO E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação;					

Ou Licenciatura em: Informática ou Computação;

Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

As mais diversas disciplinas do currículo podem ser integradas a soluções de software, possibilitando a interdisciplinaridade.

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar o contato com os principais conceitos de Lógica de Programação, identificando e desenvolvendo modelos matemáticos para resolução de problemas através da implementação e consolidação da lógica algorítmica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Desenvolver raciocínio lógico.
2. Resolver problemas utilizando linguagem de descrição narrativa, fluxogramas e pseudo linguagem.
3. Implementar algoritmos utilizando a linguagem de programação estruturada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções de Raciocínio Lógico
2. Noção de algoritmo
3. Estrutura de um programa
4. Representação da Informação:
 - 4.1. Tipos primitivos: Constantes e variáveis; formação de identificadores; declaração de variáveis.
 - 4.2. Comentários.
 - 4.3. Comando de atribuição;

- 4.4. Expressões aritméticas; operadores aritméticos; funções matemáticas; precedência de operadores.
- 4.5. Expressões lógicas; operadores relacionais; operadores lógicos tabela-verdade; precedência de operadores.
- 4.6. Blocos
5. Entrada e saída de dados.
6. Estruturas e comandos de seleção simples e composta.
7. Estrutura e comandos de repetição.
8. Estruturas de controle:
 - 8.1. Sequencial;
 - 8.2. Seleção;
 - 8.3. Repetição.
9. Modularização: conceitos; refinamento; funções e procedimentos; variáveis públicas e locais; parâmetros.
10. Implementação de algoritmos em uma linguagem de programação estruturada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação: A construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2005. ISBN: 9788576050247.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica Para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 28. ed. São Paulo: Erica, 2016. ISBN: 9788536517476.

BARRY, P.; GRIFFITHS, D. Use a cabeça: Programação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084730.

DEITEL, P. DEITEL, H. C: como programar. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. ISBN: 9788576059349.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MENEZES, Nilo Ney C. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.

VAREJÃO, Flavio Miguel. Introdução à programação: Uma Nova Abordagem Usando C. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PIVA JUNIOR, Dilermando et al. Algoritmos e Programação de Computadores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 9788535250312.

SOUZA, João. Lógica Para Ciência da Computação e Áreas Afins. 3. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2014. ISBN: 9788535278248.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed.

<p>São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.</p> <p>VILARIM, GILVAN, Algoritmos – Programação para Iniciantes. Ciência Moderna, Rio de Janeiro, 2004.</p> <p>LOPES, Anita; GARCIA, Guto. Introdução À Programação: 500 Algoritmos Resolvidos. Elsevier, 2002.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, CD-ROM, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.					

PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores..
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
A disciplina tem integração com Informática Básica e Redes de Computadores.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender detalhes dos componentes físicos dos microcomputadores, com vista a uma utilização e manutenção mais eficientes.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none">1. Realizar manutenções preventiva e corretivas em microcomputadores.2. Compreender a necessidade de atuação profissional de acordo com as normas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none">1. Conceitos Básicos<ol style="list-style-type: none">1.1. Conceito básico sobre arquitetura do microcomputador.1.2. Uma visão sobre Hardware (dispositivos de entrada e saída).1.3. Fundamentos de Software.1.4. Sistema binário aplicado a computação.

- 1.5. Representação e unidade da informação.
- 1.6. Conexões externas (interface / portas) do computador.

2. Principais Componentes
 - 2.1. Conceito básico sobre energia eletrostática.
 - 2.2. Fundamentos sobre os principais componentes.
 - 2.2.1. Placa mãe.
 - 2.2.2. CPU.
 - 2.2.3. Memórias (permanente e temporária).
 - 2.2.4. Fonte de alimentação do computador.
 - 2.2.5. HD, CD/DVD.
 - 2.2.6. Barramentos.
 - 2.2.7. Chipset.
 - 2.2.8. BIOS.
 - 2.2.9. Sequência de boot.
 - 2.2.10. Outros componentes pertinentes.

3. Montagem, instalação e configuração
 - 3.1. Montagem e instalação.
 - 3.1.1. Placa mãe.
 - 3.1.2. CPU.
 - 3.1.3. Memórias (permanente e temporária).
 - 3.1.4. Fonte de alimentação do computador.
 - 3.1.5. HD, CD/DVD.
 - 3.1.6. Painel frontal.
 - 3.1.7. Conexões de cabos.
 - 3.1.8. Outros componentes relevantes.
 - 3.2. Fundamentos de Firmware, software da BIOS.
 - 3.3. Configuração de Setup.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAIXÃO, Renato Rodrigues. Arquitetura de Computadores: PCs. São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506715.

TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. Organização Estruturada de Computadores. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581435398.

VASCONCELOS, Laércio. Hardware na prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2017. ISBN: 9788539908929.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JUNIOR, Edivaldo Donizetti Rossini. Manutenção em Notebooks. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103395.

MONTEIRO, Mario A. Introdução à Organização de Computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN: 9788521615439.

PAIXÃO, Renato Rodrigues. Montagem e configuração de computadores: guia prático. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.

PEREZ, Camila Ceccatto da Silva. Manutenção Completa em Computadores. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103524.

STALLINGS, Williams. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017. ISBN: 9788543020532.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	FUNDAMENTOS DE REDES DE COMPUTADORES				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80

EMENTA
Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Linguagem de Programação Web: Protocolos envolvidos em aplicações Web; Serviços para aplicações Web; Instalação e configuração de servidores para aplicações Web.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Entender os princípios básicos de funcionamento da comunicação de dados através da compreensão dos conceitos sobre redes de computadores, do conhecimento sobre os mecanismos de gerenciamento de redes de computadores e da demonstração prática da utilização e aplicação de sistemas operacionais de redes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Identificar e conceituar os principais componentes de uma rede de computadores;
2. Explicar a arquitetura em camadas das redes de computadores, seus principais protocolos, funcionamento e aplicações;
3. Monitorar e acompanhar o funcionamento de uma rede de computadores;
4. Demonstrar capacidade para utilização e aplicação de um sistema operacional de rede em um ambiente de rede baseado em camadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I
 - 1.1. Histórico de redes de computadores e Internet
 - 1.2. A Borda e o núcleo da rede
 - 1.3. Comutação de pacotes
 - 1.4. Camadas de protocolos e Modelos de serviços

2. UNIDADE II
 - 2.1. Princípios da camada de aplicação
 - 2.2. A Web e o protocolo HTTP
 - 2.3. O protocolo de Transferência de Arquivos: FTP
 - 2.4. O correio eletrônico e o protocolo SMTP
 - 2.5. O serviço de diretório da Internet: DNS

3. UNIDADE III
 - 3.1. Introdução à camada de transporte
 - 3.2. Multiplexação e demultiplexação
 - 3.3. O protocolo UDP
 - 3.4. O protocolo TCP

4. UNIDADE IV
 - 4.1. Introdução à camada de rede
 - 4.2. O protocolo IP: Encaminhamento e Endereçamento
 - 4.3. O protocolo DHCP: Configuração Dinâmica de Hospedeiros
 - 4.4. Configuração Básica dentro de uma rede Windows

5. UNIDADE V
 - 5.1. Introdução à camada de enlace
 - 5.2. Redes Locais Comutadas
 - 5.3. Endereçamento na camada de Enlace MAC e ARP

- 5.4. Ethernet
- 5.5. Computadores X Roteadores
- 6. UNIDADE VI
 - 6.1. Cabeamento: cabo coaxial; par trançado; fibra óptica
 - 6.2. Prática – montagem de cabo par trançado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KUROSE, Jim; ROSS, Keith. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581436777.

TANEMBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788543008585.

TORRES, Gabriel. Redes de Computadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2014. ISBN: 9788561893682.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALENCAR, Marcelo Sampaio de. Engenharia de Redes de Computadores. São Paulo: Érica, 2012. ISBN: 9788536504117.

ANDERSON, AI; BENEDETTI, Ryan. Redes de Computadores: Use a Cabeça. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084488.

FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2007. ISBN: 9788586804885.

MARIN, Paulo Sérgio. Cabeamento Estruturado: Série Eixos. São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506098.

PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. Redes de Computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535248975.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	INGLÊS APLICADO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	20	20	-	02	40
EMENTA					
Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Inglesa ou Letras - Língua Estrangeira com influência em Inglês					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
A disciplina pode ser integrada com todas as demais disciplinas do curso, visto					

que o Inglês é considerado como a principal língua na área da Informática.

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Capacitar o aluno a ler textos da área de informática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Orientar sobre a utilização de estratégias de leitura e noções da estrutura da língua inglesa.
2. Propor aquisição de vocabulário técnico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atividade de conscientização
 - 1.1. Contexto da área técnica.
 - 1.2. Conceito, identificação e função de gêneros textuais.
 - 1.3. Cognatos e falsos cognatos; estrangeirismos.
 - 1.4. Informação não verbal (marcas tipográficas).
2. *Reading Strategies*
 - 2.1. *Skimming.*
 - 2.2. *Scanning.*
 - 2.3. Leitura para reconhecimento de tema central, ideia central e *keywords*.
3. Aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa
 - 3.1. Marcadores discursivos.
 - 3.2. Vocabulário.
 - 3.3. Formação de palavras (afixos).
 - 3.4. Grupos nominais, siglas e acrônimos.
 - 3.5. Referência pronominal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRUZ, D. T. Inglês Instrumental para informática. São Paulo, Disal, 2013.

DREY, R; SELISTRE, I. C. T.; AIUB, T. (Org.) Inglês: práticas de leitura e escrita.

Porto Alegre: Penso, 2015.

THOMPSON, Marco A. da S. Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura Para Informática e Internet. São Paulo: Érica, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAVIES, Bem P. Inglês em 50 aulas: O Guia definitivo para você aprender Inglês. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GALLO, L. R. Inglês Instrumental para Informática: módulo I. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2011.

MARTINEZ, Ron. Como Dizer Tudo em Inglês. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SOUZA, Adriana Grade Fiori, et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental – São Paulo. Disal, 2005.

WOODS, Geraldine. Exercícios de Gramática Inglesa para Leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016..

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação

Disciplina:	PORTUGUÊS APLICADO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	-	-	02	40
EMENTA					
Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Portuguesa					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Inglês Aplicado e Informática Básica					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Aperfeiçoar os conhecimentos linguísticos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					

1. Desenvolver linguagem técnica para construção de relatórios e documentos em geral.
2. Conhecer as mudanças mais significativas ocorridas na correspondência comercial/ oficial.
3. Utilizar técnicas para obtenção de clareza, coerência e coesão na elaboração dos textos.
4. Rever questões gramaticais que mais provocam dúvidas na redação.
5. Recuperar, pelo estudo de texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.
6. Demonstrar o domínio básico da norma culta

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Importância da comunicação
2. Elementos essenciais do processo de comunicação
3. Intertextualidade
4. Ortografia
5. Pontuação
6. Concordância nominal e verbal
7. Qualidade do estilo técnico: harmonia, clareza, concisão e coerência;
8. Frase e estrutura frasal;
9. Parágrafo (estruturação);
10. Correspondência e redação técnica: artigo, memorando, ofício, requerimento, curriculum vitae, relatório, abaixo-assinado, monografia e projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELTRÃO, Odacir & BELTRÃO, Maria. Correspondência, linguagem e comunicação. São Paulo: Atlas, 1991.

CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Mec/FENAME, 1976.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980

KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2017

DEMAI, Fernanda Mello. Português Instrumental. São Paulo: Érica. 2014

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lê S. Português Instrumental. Porto MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. São Paulo: Atlas. 2014. ISBN:9788522485581.

Alegre: Sagra, 1993.

TUFANO, Douglas. Estudos de Redação. São Paulo: Moderna, 1980.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	MATEMÁTICA APLICADA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	40	40	-	4	80
EMENTA					

Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático.

Panorama histórico da Estatística; Método estatístico: Métodos experimental e estatístico; A Estatística Fases do Método Estatístico (coleta, crítica, apuração, exposição ou apresentação de dados e análise dos resultados); População e Amostra (variáveis qualitativas e quantitativas, técnicas de amostragem); Séries Estatísticas (tabelas e seus componentes, classificação das séries, séries conjugadas, dados absolutos e relativos); Gráficos Estatísticos: Distribuição de Frequência; Medidas de Tendência Central; Medidas de Dispersão/Variabilidade; Principais delineamentos estatísticos.

PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE

Bacharelado ou Licenciado em Matemática

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

A disciplina possui integração com Informática Básica (Editor de Planilhas) Algoritmo e Lógica de Programação.

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Desenvolver a capacidade de modelar e resolver problemas matemáticos relacionados com a área de informática.

Proporcionar a compreensão do processo de aplicação da estatística e do tratamento dos dados coletados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fazer uso da linguagem simbólica de conjuntos para representar o

- raciocínio lógico.
2. Resolver situações-problema com conjuntos numéricos.
 3. Resolver situações-problemas com expressões numéricas, potências e radiciação.
 4. Realizar cálculos de regras de três simples e porcentagem.
 5. Resolver situações-problemas envolvendo juros simples e compostos.
 6. Utilizar modelos lineares para contextualização e solução de fenômenos naturais.
 7. Resolver situações-problemas com vetores e matrizes.
 8. Conceituar população, amostra e variáveis
 9. Conhecer os métodos estatísticos
 10. Interpretar tabelas e gráficos
 11. Interpretar medidas de posição central, de dispersão ou de variabilidade
 12. Interpretar diagramas de dispersão
 13. Planejar pequenos experimentos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Conjuntos numéricos e operações:
 - 1.1. Conjunto dos números Naturais;
 - 1.2. Conjunto dos números Inteiros;
 - 1.3. Conjunto dos números Racionais;
 - 1.4. Conjunto dos números Reais;
 - 1.5. Operações com números Reais.
2. Expressões numéricas:
 - 2.1. Ordem das operações: Potenciação e Radiciação, Multiplicação e Divisão, Soma e Subtração;
 - 2.2. Utilização de símbolos: Parênteses, Colchetes, Chaves.

3. Potências e Radiciação.
 - 3.1. Propriedades da Potência e da Radiciação;
 - 3.2. Multiplicação e Divisão de Potências;
 - 3.3. Simplificação de Radicais.

4. Noções de Lógica:
 - 4.1. Proposição;
 - 4.2. Negação;
 - 4.3. Proposição composta – Conectivos;
 - 4.4. Condicionais;
 - 4.5. Relação de Implicação
 - 4.6. Relação de Equivalência entre proposições;
 - 4.7. Negação de proposições.

5. Regra de três simples e composta, porcentagem, Juros.

6. Matrizes:
 - 6.1. Noção de Matriz;
 - 6.2. Igualdade;
 - 6.3. Adição;
 - 6.4. Produto de número por matriz;
 - 6.5. Produto de Matrizes
 - 6.6. Matriz Transposta.

7. Estatística:
 - 7.1. Panorama histórico da Estatística
 - 7.2. Método estatístico

- 7.3. Métodos experimental e estatístico
- 7.4. A Estatística
- 7.5. Fases do Método Estatístico (coleta, crítica, apuração, exposição ou apresentação de dados e análise dos resultados)
- 7.6. População e Amostra (variáveis qualitativas e quantitativas, técnicas de amostragem)
- 7.7. Séries Estatísticas (tabelas e seus componentes, classificação das séries, séries conjugadas, dados absolutos e relativos)
- 7.8. Gráficos Estatísticos
- 7.9. Distribuição de Frequência
- 7.10. Medidas de Tendência Central
- 7.11. Medidas de Dispersão/Variabilidade
- 7.12. Principais delineamentos estatísticos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANCISCO, Walter. Estatística básica. Editora Básica, 1993.

GERSTING, Judith L. Fundamentos Matemáticos para a Ciência da Computação: Matemática Discreta e suas aplicações. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. ISBN: 9788521632597.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 1 v. ISBN: 9788535705478.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 3 v. ISBN: 9788535716849.

IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 4 v. ISBN: 9788535717495.

LIMA, Diana M. de; GONZALEZ, Luis E. F. Matemática Aplicada à Informática. Porto Alegre: Bookman, 2015. ISBN: 9788582603161.

SPIEGEL, Murray R. Estatística; resumo da teoria, 875 problemas resolvidos, 619 problemas propostos. MacGraw-Hill do Brasil, 1975.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 1985.

VIEIRA, Sonia; HOFFMANN, Rodolfo. Elementos de estatística. Atlas, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEARZOTI, Eduardo; BUENO FILHO, J. S. S. Introdução a Inferência estatística. Centro de Editoração FAEPE, 1999.

CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à Geometria Espacial. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. ISBN: 8585818735.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1996.

GUIDORIZI, Luiz Hamilton. Um Curso de Cálculo. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 1 v. ISBN: 9788521612599.

HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 1 v. ISBN: 9788535716801.

LIMA, Elon L. et al. A Matemática do Ensino Médio. 7. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016. 2 v. ISBN: 9788583370918.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática
--------	---------------------------------------

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	ESTRUTURA DE DADOS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Matemática					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

Conhecer e entender os conceitos das estruturas de dados básicas para utilização adequada na implementação de soluções computacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Identificar e descrever as estruturas de dados básicas e suas características;
2. Explicar como e em que situações utilizar tais estruturas;
3. Implementar soluções computacionais utilizando estruturas de dados básicas em uma linguagem de programação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tipos abstratos de dados
2. Recursão
3. Estrutura de dados homogêneas
 - 3.1. Vetores
 - 3.2. Matrizes
4. Estrutura de dados heterogêneas (registros)
5. Listas
 - 5.1. Listas lineares
 - 5.2. Listas encadeadas
6. Ordenação e Busca
7. Pilhas
8. Filas
9. Árvores binárias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SZWARCFITER, Jayme L.; MARKEZON, L. Estrutura de dados e seus algoritmos. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010.

FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPACHER, Henri Frederico. Lógica de Programação: A construção de Algoritmos e Estrutura de Dados. 3ª Edição. Pearson, 2012.

CELES, W.; CERQUEIRA, R. RANGEL, J. L. Introdução à Estruturas de Dados: com Técnicas de Programação em C. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. ISBN:

9788535283457.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRY, P.; GRIFFITHS, D. Use a cabeça: Programação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084730.

CORMEN, Thomas H. et al. Algoritmos: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 9788535236996.

FERRARI, Roberto; RIBEIRO, Marcela Xavier; DIAS, Rafael Loosli; FALVO, Mauricio. Estruturas de Dados com Jogos. Elsevier, 2014.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação
Disciplina:	FUNDAMENTOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS		

Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Algoritmo e Lógica de Programação. Estrutura de Dados. Programação Orientada a Objetos. Introdução a Análise de Sistemas. Projeto Integrador 1.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados e a utilização de ferramentas de modelagem de dados.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					

1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados.
2. Capacitar o aluno para modelar dados no intuito de desenvolver um sistema de banco de dados utilizando um sistema gerenciador de banco de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução a Banco de Dados.
2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados.
3. Modelagem de Dados.
4. Modelo Entidade Relacionamento.
5. Modelo Relacional.
6. Modelo Físico.
7. Ferramentas de Modelagem de Dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.

HEUSER, CARLOS ALBERTO. Projeto de Banco de Dados. 6a ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. Projeto e Modelagem de Banco de Dados. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, L. F. Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.

MACHADO, FELIPE NERY R. Banco De Dados - Projeto e Implementação. 1ª ed. Editora Érica, 2004. ISBN: 8536500190.

<p>MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Projeto de Banco de Dados - Uma Visão Prática.</p> <p>ROCHA, A. S. SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL. 1a ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.</p>
<p>ELABORADO POR:</p>
<p>Comissão de Harmonização das Matrizes</p>

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	<p>FUNDAMENTOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS</p>				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	20	2	40
<p>EMENTA</p>					
<p>Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Sincronização de processos; Threads; Gerência de memória em sistemas multiprogramados;</p>					

Técnicas de gerência de memória real; Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação; Sistemas de arquivos; Sistemas de E/S; Estudo de um sistema operacional real.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Projeto Integrador 1.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Proporcionar ao aluno conhecimento sobre os diversos sistemas operacionais existentes, seu funcionamento e suas aplicabilidades nos sistemas computacionais.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar o aluno a ter visão sistêmica de funcionamento do sistema operacional. 2. Capacitar o aluno a entender a relação usuário-sistema operacional-hardware; 3. Capacitar o aluno a visualizar a influência do tipo de sistema operacional na programação de aplicativos; 4. Capacitar o aluno a entender as técnicas utilizadas para que o sistema

operacional funcione de maneira sincronizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. HISTÓRICO

- 1.1. A primeira geração (1945-1955) – Válvulas;
- 1.2. A segunda geração (1955-1965) – transistores e sistemas em lote (batch);
- 1.3. A terceira geração (1965-1980) – CIs e multiprogramação;
- 1.4. A quarta geração (1980-presente) – computadores pessoais.

2. CLASSIFICAÇÃO

- 2.1. Sistemas operacionais de computadores de grande porte;
- 2.2. Sistemas operacionais de servidores;
- 2.3. Sistemas operacionais multiprocessadores;
- 2.4. Sistemas operacionais de computadores pessoais;
- 2.5. Sistemas operacionais de computadores portáteis;
- 2.6. Sistemas operacionais embarcados;
- 2.7. Sistemas operacionais de nós de sensores (*sensor node*);
- 2.8. Sistemas operacionais de tempo real;
- 2.9. Sistemas operacionais de cartões inteligentes (*smart cards*).

3. MONO E MULTIPROGRAMAÇÃO

- 3.1. Sistemas Monoprogramáveis/Monotarefa;
- 3.2. Sistemas Multiprogramáveis/Multitarefa
 - 3.2.1. Sistemas batch;
 - 3.2.2. Sistemas de tempo compartilhado;
 - 3.2.3. Sistemas de tempo real;
 - 3.2.4. Sistemas com múltiplos processadores.
- 3.3. Sistemas com Múltiplos Processadores (sistemas fortemente acoplados, sistemas fracamente acoplados).

4. PROCESSOS

- 4.1. Estrutura do Processo;
- 4.2. Estados do Processo;
- 4.3. Mudanças de Estado do Processo;
- 4.4. Processos CPU-BOUND e I/O-BOUND;
- 4.5. Processos Independentes, Subprocessos.

5. SINCRONIZAÇÃO DE PROCESSOS

- 5.1. Interrupções e Exceções;
- 5.2. Operações de Entrada e Saída;
- 5.3. Buffering;
- 5.4. Spooling;
- 5.5. Reentrância.

6. TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO DE PROCESSOS

- 6.1. Critérios de escalonamento;
- 6.2. Escalonamentos não preemptivos e preemptivos;
- 6.3. Escalonamento First-In-First-Out (FIFO);
- 6.4. Escalonamento Circular;
- 6.5. Escalonamento por prioridades;
- 6.6. Escalonamento circular com prioridades.

7. THREADS

- 7.1. Ambiente Monthread;
- 7.2. Ambiente Multithread.

8. GERÊNCIA DE MEMÓRIA EM SISTEMAS MULTIPROGRAMADOS

- 8.1. Hierarquia de Memórias;
- 8.2. Gerenciador de Memória.

9. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA REAL
 - 9.1. Alocação (Estática, Dinâmica, Local);
 - 9.2. swapping.

10. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA VIRTUAL
 - 10.1. Paginação e segmentação.
 - 10.2. Espaço de endereçamento virtual;
 - 10.3. Mapeamento;
 - 10.4. Memória virtual por paginação.

11. SISTEMAS DE ARQUIVOS
 - 11.1. Introdução;
 - 11.2. Arquivos;
 - 11.3. Diretórios;
 - 11.4. Proteção de Acesso.

12. SISTEMAS DE E/S
 - 12.1. Princípios do Hardware de E/S;
 - 12.2. Princípios do Software de E/S;
 - 12.3. Camadas do Software de E/S;
 - 12.4. Discos; Relógios;
 - 12.5. Interfaces com o usuário: teclado, mouse, monitor.

13. ESTUDO DE UM SISTEMA OPERACIONAL REAL
 - 13.1. Sistema Operacional Privado ou Gratuito *Open Source*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEITEL, H. M., DEITEL, P.J., CHOFINES, D.R. **Sistemas Operacionais**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN: 9788576050117.
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. **Fundamentos de Sistemas Operacionais**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. ISBN: 9788521629399.
TANENBAUM, Andrews. S.; BOSS, Herbert. **Sistemas Operacionais Modernos**.

4. ed. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN: 9788543005676.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ALVES, Jose Marques. Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ISBN: 978852161807.</p> <p>MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. ISBN: 9788521622109.</p> <p>NEMETH, Evi; HEIN, Trent R.; SNYDER, Garth. Manual completo do Linux: guia do administrador. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007. ISBN: 9788576051121.</p> <p>SANTOS, Winderson Eugênio; GORDULHO JUNIOR, José Hamilton C. Sistemas Operacionais. São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506159.</p> <p>SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. Sistemas Operacionais com Java. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016. ISBN: 9788535283679.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80

EMENTA
<p>Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento e polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.</p>
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
<p>Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.</p>
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
<p>Introdução a Análise de Sistemas</p>
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
<p>Desenvolver competências e habilidades no aluno, de tal forma que compreenda e aplique os principais conceitos envolvidos com a modelagem e programação orientada a objetos (linguagem de modelagem, objetos, classes, atributos, métodos, encapsulamento, herança, polimorfismo) tornando-o apto à interpretar e criar modelos, manter e desenvolver programas orientado a objetos para resolver problemas computacionais, desde de científicos a empresarias, seguindo esse paradigma e independentemente da linguagem de programação.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Conhecer conceitos centrais da programação orientada a objetos.
2. Desenvolver sistemas baseados nos conceitos formais da Orientação a Objetos.
3. Compreender os paradigmas da programação orientada a objetos.
4. Implementar estudos de caso em Linguagem de Programação Orientada a Objetos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I
 - 1.1. Classes
 - 1.2. Objetos
 - 1.3. Construtores
 - 1.4. Atributos
 - 1.5. Métodos
 - 1.6. Modificadores de Acesso
2. UNIDADE II
 - 2.1. Classes Abstratas;
 - 2.2. Herança;
 - 2.3. Polimorfismo;
 - 2.4. Interface;
 - 2.5. Tipos de relacionamento entre classe;
3. UNIDADE III
 - 3.1. Tratamento de Exceções
 - 3.2. Fundamento de linguagem Orientada a Objetos;
 - 3.3. Interface Gráfica com Orientada a Objetos;
 - 3.4. Gerenciamento de Interface homem máquina;
 - 3.5. Componentes Visuais;
 - 3.6. Desenvolvimento de aplicações;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARNES, D.; KÖLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2009. ISBN: 9788576051879.

DEITEL, P. Java: como programar. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN: 9788576055631.

SIERRA, K.; BATES, B. Use a cabeça! Java. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books,

2012. ISBN: 9788576081739.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOÉS, Wilson M. Aprenda UML Por Meio de Estudos de Caso. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575223468.

LUCKOW, D. H.; MELO, A. A. de. Programação Java Para a Web. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.

MENEZES, Nilo Ney Coutinho. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação para Iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.

PREISS, B. R. Estruturas de dados e algoritmos: padrões de projetos orientados a objetos com Java. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ISBN: 9788535206937.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.

AUGUSTO N. G. MANZANO, José; JÚNIOR, Roberto Affonso da Costa. Java 8 - Programação de Computadores - Guia Prático de Introdução, Orientação e Desenvolvimento.

GOSLING, JAMES; ARNOLD, KEN; HOLMES, DAVID. A Linguagem De Programação Java. 4ª Edição. Bookman, 2007.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso: Técnico de Nível Médio em Informática

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	INTRODUÇÃO DE ANÁLISE DE SISTEMA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Estrutura de Dados. Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados. Programação Orientada a Objetos. Projeto Integrador 1.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

Capacitar o discente à modelar sistemas do mundo real em sistemas computacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de Análise e Processo de Software.
2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais do Paradigma Orientado a Objetos.
3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de software.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I

- 1.1. Introdução a Análise de Sistemas – Entendimento dos Sistemas Existentes;
- 1.2. Fases de um Software;
- 1.3. Ciclo de Vida do Desenvolvimento de Software;
- 1.4. Identificação dos Usuários;
- 1.5. Técnicas de Entrevistas e Coleta de Dados;
- 1.6. Levantamento, análise e negociação de requisitos;
- 1.7. Modelagem, especificação, validação e verificação de requisitos;
- 1.8. Modelagem de sistemas de software.
- 1.9. O paradigma orientado a objetos.
- 1.10. Classes e Objetos.
- 1.11. A abstração na orientação a objetos.

2. UNIDADE II

- 2.1. Conceitos e Evolução da Linguagem de Modelagem Unificada (UML).
- 2.2. Levantamento e modelagem de requisitos.
- 2.3. Modelos e Diagrama de Casos de Usos.
- 2.4. Diagrama de Classes.
- 2.5. Diagrama de Sequência.
- 2.6. Ferramenta CASE.

3. UNIDADE III

- 3.1. Projeto do sistema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUEDES, Gilleanes T. A. – UML2 Uma abordagem prática / 2ª. Edição. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

MELO, Ana Cristina – Desenvolvendo Aplicações com UML / Rio de Janeiro: Brasport, 2002.

BOOCH, Grady; RUMBAUCH, James; JACOBSON, Ivar. UML: Guia do Usuário. 2º edição. Elsevier Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

S SOMMERVILLE, I. Engenharia de software. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2007.

YOURDON, E. Análise Estruturada Moderna. 3a. Ed, Rio de Janeiro, Campus 1990.

BEZERRA, Eduardo. Princípios De Análise E Projeto De Sistemas com UML. 3º edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

LARMAN, Craig - Utilizando Uml E Padrões - Uma Introdução A Análise E Ao Projeto Orientados. Porto Alegre: Bookman: 2007.

FOWLER, Martin. UML Essencial: Um Breve Guia Para A Linguagem – Padrão De Modelagem.

MELO, Ana Cristina. Exercitando Modelagem em UML. Editora: BRASPORT.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso: Técnico de Nível Médio em Informática

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	PROJETO INTEGRADOR I				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	-	2	40
EMENTA					
<p>Métodos e Técnica de Pesquisa. Elaboração e Apresentação do Trabalho Técnico-Científico. Principais Normas dos Trabalhos Acadêmicos, Conforme as Normas Vigentes da ABNT. Aspectos básicos da Qualidade: ciclo PDCA, métodos de prevenção e solução de problemas: MASP, FMEA, FTA e 6 Sigma; Normalização: normalização internacional, nacional e de empresas; normas básicas; elaboração de normas técnicas e especificações; aspectos básicos da qualidade industrial; análise da qualidade; normas básicas para planos de amostragem e seus guias de utilização.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em Administração ou pós-graduação em gestão de qualidade e processos.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Esta disciplina possui integração com todas as disciplinas do 2º Módulo do Curso.					
PROGRAMA					

OBJETIVO GERAL:

A disciplina visa facilitar a adaptação dos alunos às áreas de trabalho que adotem sistemas de qualidade em seus processos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Conhecer modelos de elaboração de projetos.
2. Elaborar um projeto interdisciplinar.
3. Acompanhar as etapas de execução do projeto.
4. Elaborar um projeto que integre as disciplinas do 3º módulo do Curso.
5. Elaborar um projeto seguindo as normas técnicas.
6. Compreender e analisar os principais processos de gestão e garantia da qualidade.
7. Normalizar as ações propiciando a garantia da efetividade do processo de negócio.
8. Acompanhar a execução de um projeto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Metodologia Científica
 - 1.1. O que é método científico
 - 1.2. Principais técnicas de pesquisa
 - 1.3. A pesquisa na Computação
2. Elaboração de Projeto
 - 2.1. Definição do Projeto
 - 2.2. Elaboração do tema e dos objetivos do Projeto
 - 2.3. Definição do cronograma de atividades
 - 2.4. Revisão da literatura
 - 2.5. A importância de gerenciar as etapas de desenvolvimento do projeto

3. Normas Acadêmicas
 - 3.1. Principais normas da ABNT para elaboração de projetos e relatórios
 - 3.2. Artigos científico
4. Desenvolvimento e Apresentação do Projeto
 - 4.1. Acompanhamento das etapas do projeto
 - 4.2. Relação aluno-orientador
 - 4.3. Como apresentar um projeto
5. Aspectos básicos da gestão da qualidade: Mudança de comportamento cultural. Princípios da Gestão da Qualidade. Eficiência, Eficácia, Competitividade e Produtividade.
6. Processos e agentes da qualidade: Processos gerenciais. Processos de gestão da qualidade. Agentes de decisão, transformação e consolidação.
7. Ambientes da atuação da gestão da qualidade: Gestão da qualidade em ambientes de serviço. Gestão da qualidade em ambientes industriais. Gestão da qualidade na pequena empresa. Gestão da qualidade no serviço público. Modelo da qualidade *in-line*, *off-line* e *on-line*.
8. Sistemas de Gestão da Qualidade e Normalização: Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ. Conceito de normalização. Nível de normalização e tipos de normas. Princípios e objetivos da normalização. Normas ISO 9001, 14001, OSHAS 18001, GMP e ONA.
9. Ferramentas da Qualidade e Técnicas Gerenciais: Formação de equipe, Brainstorming, Lista de Verificação, Gráfico de Pareto, Estratificação, Histograma, Diagrama de Causa e Efeito, 5 por quês, Diagrama de Dispersão, Gráficos de Controle, Fluxograma, 5W2H, Diagrama de Gantt, Diagrama em árvore, Benchmarking, Poka Yoke, Diagrama de Afinidades, Matriz SETFI, Matriz GUT
10. Métodos de Prevenção e Solução de Problemas (MASP). Ciclo PDCA. Kaizen. BSC – Balanced Scorecard. FMEA e FTA. QFD. Seis Sigma. Programa 5S

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, S. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao programa seis sigma. Nova Lima: INDG, 2006.

BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Gestão de qualidade, produtividade e operações. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Marcio Bambirra. Mudanças organizacionais: técnicas e métodos para a inovação. Curitiba: Juruá, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIANESI, I.G.N. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 1994.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C.; VON HOHENDORFF, J. Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014. ISBN: 9788565848916.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN: 9788522457588.

PALADINI, E.P.. Gestão da qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2012.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. ISBN: 9788535277821

CARPINETTI, L. C.R., MIGUEL, P.A.C., GEROLAMO, M. C. Gestão da qualidade ISO 9001:2008: princípios e requisitos. São Paulo: Atlas, 2009.

WERKEMA, M.C.C. Ferramentas estatísticas básicas para o gerenciamento de processos, Belo Horizonte, FCO, 2006.

WERKEMA, M.C.C.. Criando a cultura seis sigma. Belo Horizonte: Werkema, 2010.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	40	2	40
EMENTA					
Definições. Evolução Histórica. A consciência ambiental. Sustentabilidade; A sociedade; Impactos ambientais; Poluição do solo; Poluição das águas; Defesa do meio ambiente; Estocolmo 72; Modelo consumista de desenvolvimento; Legislação Ambiental; Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária, Noções de Normas Regulamentadoras, Acidentes, Riscos Ambientais.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Engenheiro em Segurança do Trabalho ou profissional com pós-graduação em Segurança do Trabalho ou Ensino das Ciências Ambientais.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Projeto Integrador 1.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					

Interpretar, acompanhar e gerenciar as questões pertinentes à Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Entender porque surge o Pensamento Ambiental no momento de grandes mudanças no mundo.
2. Compreender as transformações históricas ocorridas no mundo a partir do surgimento do pensamento Ambiental a partir da Revolução Industrial.
3. Diferenciar atividades conservacionista de preservacionistas.
4. Conhecer as leis ambientais que regem o Brasil.
5. Compreender a importância da ciência ergonomia em sua atividade de trabalho.
6. Entender a necessidade de utilizar os equipamentos de segurança na prática de suas atividades cotidianas.
7. Aprender a identificar situações de riscos e como evitá-las.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico da Formação Ambiental a partir do marco histórico da Revolução Industrial
 - 1.1. A modernidade da revolução industrial à acumulação flexível
 - 1.2. O despertar da consciência ambiental planetária
 - 1.3. O desenvolvimento sustentável
 - 1.4. A justiça social
2. Impactos ambientais em ecossistemas naturais e em ecossistemas agrícolas
 - 2.1. Impactos ambientais em sistemas urbanos;
 - 2.2. Poluição do solo: o problema do lixo sólido;
 - 2.3. Poluição das águas;
 - 2.4. Lutas em defesa do meio ambiente;
 - 2.5. Estocolmo72: a tomada de consciência;
3. A falência do modelo consumista de desenvolvimento
 - 3.1. Noções de legislação ambiental
4. Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária
 - 4.1. CLT- Consolidação das Leis do Trabalho
Capítulo V – Da Segurança e da Medicina do Trabalho
 - 4.2. Lei 8.213/91- Acidente do Trabalho

Comunicação de Acidente do Trabalho

4.3. Portaria N.º 3.214/78- Normas Regulamentadoras

5. Acidentes

5.1. Como evitá-los

5.2. Causa dos Acidentes

5.3. Atos inseguros, Condições Inseguras;

5.4. Doenças provocadas por acidente de trabalho.

5.5. Equipamentos de Proteção Individual

5.6. Equipamentos de Proteção Coletiva

6. Riscos Ambientais

6.1. Riscos Físicos

6.2. Riscos Químicos

6.3. Riscos Biológicos

6.4. Riscos Ergonômicos

6.5. Riscos Acidentes

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, Henri (org.). A Duração das Cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ATLAS; Manuais de Legislação. Segurança e Medicina do Trabalho. 74 ed. Atlas.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável, p. 29 – 40.

In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPRA, Fritjof. A alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21, p. 18 – 33. In: TRIGUEIRO, André (org). Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.

CONY; Lúcia F. "A questão ambiental urbana: perspectivas de análise" In: Anais

do VI Encontro Nacional da ANPUR.
 DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e prática. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1994.
 LEROY, Jean Pierre et al. Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você? Ilustrações Claudius. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

SUBSEQUENTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	PROGRAMAÇÃO PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação					

de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Programação em Banco de Dados. Interação Homem-Computador. Programação Web. Projeto Integrador 2.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a teoria e a prática para o domínio da programação para dispositivos móveis.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os principais conceitos e componentes de aplicações para dispositivos móveis; ● Conhecer o processo de construção de uma aplicação móvel; ● Desenvolver aplicações móveis utilizando uma linguagem de programação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da computação móvel <ol style="list-style-type: none"> a. Evolução dos dispositivos móveis

- b. Características dos dispositivos móveis
 - c. Arquiteturas de aplicação móvel
 - d. Infraestrutura móvel
2. Projeto de interfaces para dispositivos móveis
 3. Programação de aplicações para clientes móveis
 4. Eventos e exceções em dispositivos móveis
 5. Componentes para formulários
 6. Transferência de dados cliente-servidor
 7. Persistência em dispositivos móveis
 8. Prática em desenvolvimento de aplicações móveis

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABLESON, F.; SEN, R. Android in action. 2 ed. Manning Publications, 2011.

LECHETA, Ricardo R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com android SDK. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010. 608 p. ISBN 9788575222447 (broch.).

Número de chamada: 005.26 L459g 2. ed.

STARK, J.; JEPSON, B. Construindo aplicativos Android com HTML, CSS e JavaScript. São Paulo: Novatec, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JOHNSON; T. M. Java para dispositivos móveis. São Paulo: Novatec, 2007.

LEE, V.; SCHINEIDER, H.; SCHEL, R. Aplicações móveis. São Paulo: Pearson, 2005.

NUDELMAN, Greg. Padrões de projeto para o Android: soluções de projetos de interação para desenvolvedores. São Paulo: Novatec, 2013. 456 p. ISBN 9788575223581 (broch.).

HASEMAN, Chris. Android Essentials. Berkeley, CA: Apress, 2008. ISBN

9781430210634.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4302-1063-4>.

SIX, Jeff. Segurança de aplicativos android. São Paulo: Novatec, 2012. 140 p. ISBN 9788575223130 (broch.).

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

SUBSEQUENTE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	PROGRAMAÇÃO EM BANCO DE DADOS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					

Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação;
 Ou Licenciatura em: Informática ou Computação;
 Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

Programação para Dispositivos Móveis. Interação Homem-Computador. Programação Web. Projeto Integrador 2.

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados. Utilizar ferramentas de modelagem de dados. Proporcionar sólidos conhecimentos sobre SQL e sistemas gerenciadores de bancos de dados. Executar scripts SQL.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados.
- Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais de modelagem de dados.
- Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de dados e scripts SQL.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. UNIDADE I
 - 1.1. Introdução a Banco de Dados.
 - 1.2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados.
 - 1.3. Modelagem de Dados.

2. UNIDADE II
 - 2.1. Modelo Entidade Relacionamento.
 - 2.2. Modelo Relacional.

- 2.3. Modelo Físico.
- 2.4. Ferramentas de Modelagem de Dados.

3. UNIDADE III

- 3.1. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados.
- 3.2. Tipos de Dados.
- 3.3. SQL.
- 3.4. DDL.
- 3.5. DML.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.

HEUSER, CARLOS ALBERTO. **Projeto de Banco de Dados**. 6a ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. **Projeto e Modelagem de Banco de Dados**. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, L. F. **Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem**. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559

DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.

MACHADO, FELIPE NERY R. **Banco De Dados - Projeto e Implementação**. 1ª ed. Editora Érica, 2004. ISBN: 8536500190.

ROCHA, A. S. **SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL**. 1a ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. **Projeto e Modelagem de Banco de Dados**. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS**

Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	INTERAÇÃO HOMEM COMPUTADOR				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	20	2	40

EMENTA

Fatores humanos em software interativo. Padrões e estilos de interação. Atributos de qualidade em IHC. Métodos e técnicas de análise, projeto, implementação e avaliação em IHC.

PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE

Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação;
Ou Licenciatura em: Informática ou Computação;
Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Pode ser integrada com as demais disciplinas do curso, permitindo a interdisciplinaridade para melhoria na perspectiva visual.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Permitir aos alunos o desenvolvimento de interfaces computacionais de fácil utilização, atraentes, intuitivas e que respeitam regras essenciais de interação com o usuário.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adquirir fundamentos teórico-práticos para refletir, avaliar e conceber interfaces de qualidade para diferentes tipos de aplicações. 2. Criar interfaces amigáveis para os usuários de sistemas computacionais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da Interação Homem-Computador <ol style="list-style-type: none"> 1.1. O Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano. 1.2. Histórico da IHC. 1.3. IHC como área Multidisciplinar. 1.4. Diferentes Visões sobre a Construção de Sistemas Interativos. 1.5. Fatores Humanos na Construção de Software. 2. Interface com o usuário <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Importância de um bom projeto de interface. 2.2. Possíveis causas de interfaces ruins. 2.3. Características dos usuários. 2.4. Implicações para o projeto de interface.

3. Princípios de Design
 - 3.1. Características de uma boa interface.
 - 3.2. Visibilidade, *affordance*, *feedback*, modelos conceituais, consistência, tolerância a erros, consistência.
 - 3.3. Diagramação.
 - 3.4. Teoria das cores.

4. Representação gráfica da Interface
 - 4.1. Modelagem e codificação gráfica.
 - 4.2. Mapeamento arbitrário e direto, código de cores e ícones.
 - 4.3. Implicações de Multitarefa.

5. Noções de Usabilidade, Ergonomia e Semiótica
 - 5.1. A importância da Usabilidade em projetos de Interação.
 - 5.2. Ergonomia na IHC.
 - 5.3. A Engenharia Semiótica em IHC.

6. Avaliação e Projetos de IHC
 - 6.1. Avaliação por Inspeção.
 - 6.2. Avaliação por Observação.
 - 6.3. Testes de Usabilidade.
 - 6.4. Construção e avaliação de protótipos funcionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, S.D.J.; SILVA, B.S. **Interação Humano-Computador**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ISBN: 9788535234183.
BENYON, D. **Interação Humano-Computador**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788579361098.
ROGERS, I.; SHARP, H.; PREECE, J. **Design de Interação: Além da Interação Humano-Computador**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ISBN: 9788582600061.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

<p>FERREIRA, Simone B. L.; NUNES, Ricardo R. E-Usabilidade. São Paulo: LTC, 2008. ISBN: 9788521616511.</p> <p>KRUG, Steve. Simplificando coisas que parecem complicadas. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN:9788576084518.</p> <p>LOWDERMILK, Travis. Design Centrado No Usuário: Um Guia Para o Desenvolvimento de Aplicativos Amigáveis. São Paulo: Novatec, 2013. ISBN: 9788575223666.</p> <p>MELO, Adriana; ABELHEIRA, Ricardo. Design Thinking & Thinking Design. São Paulo: Novatec, 2015. ISBN: 9788575224533.</p> <p>NIELSEN, J.; BUDIUI, R. Usabilidade Móvel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535264272.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	PROGRAMAÇÃO WEB				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de					

desenvolvimento de software/sistema para Web.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Todas as disciplinas por meio da construção de um website cujo conteúdo seja de alguma disciplinas do curso.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Demonstrar capacidade para desenvolver aplicações Web pelo conhecimento prático sobre tecnologias Web e o entendimento sobre como é construída e funciona uma aplicação Web.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicar a arquitetura de uma aplicação Web e seu funcionamento baseado no protocolo HTTP; 2. Identificar e utilizar tecnologias de software para desenvolvimento de aplicações Web; 3. Implementar uma aplicação Web.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da Internet e da World Wide Web
2. Requisições HTTP
3. Introdução ao paradigma cliente/servidor
4. Programação Front-End
 - 4.1. Linguagem de Marcação: blocos de montagem de páginas HTML, trabalhando com arquivos de páginas Web, Estrutura básica do HTML, Texto, Imagens, Links.
 - 4.2. Linguagem de Estilo: blocos de montagem do CSS, trabalhando com folhas de estilo, definindo seletores, formatação de textos com estilos, layout com estilos, folhas de estilo de portáteis e desktop, fontes web.
 - 4.3. Linguagem de Script: introdução, operações aritméticas, desvios condicionais, estruturas de repetição, arrays, funções, validação de dados de entrada de formulários, manipulação de janelas, objetos.
 - 4.4. Especificações Web Standard e Padrões de Acessibilidade
 - 4.5. Frameworks Front-End
 - 4.6. Princípios de aplicações Web e hospedagem
5. Programação Back-End
 - 5.1. Desenvolvimento de Aplicações Web com padrão MVC
 - 5.2. Gerenciamento de Sessões e cookies
 - 5.3. Frameworks Back-End
6. Desenvolvimento de Projeto Web Fullstack

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CROWTHER, Rob; LENNON, Joe; BLUE, Ash; WANISH, Greg. HTML5 em Ação. Novatec, 2014.
- CASTRO, Elizabeth; HYLOP, Bruce. HTML5 e CSS3 - Guia Prático e Visual. Alta Books, 2013.
- SILVA, Maurício Samy. Fundamentos de HTML5 e CSS3. Novatec, 2015.
- SILVA, Samy M. JavaScript: Guia do programador. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2010. ISBN: 9788575222485
- NIEDERAUER, J. Desenvolvendo Web sites com PHP. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2016. ISBN: 9788575225349.

<p>PUREWALL, S. Aprendendo a Desenvolver Aplicações Web. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575223475.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>	
<p>DIMES, T. JavaScript: Um guia para aprender a linguagem. 1. ed. Babelcube Inc, 2015. ISBN: 9781507124048.</p> <p>DUCKET, J. HTML e CSS: Projete e construa sites. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. ISBN: 9788576089391.</p> <p>FERREIRA, S. Guia Prático de HTML 5. 1. ed. São Paulo: Universo dos Livros, 2013. ISBN: 9788579303760.</p> <p>GOURLEY, D.; TOTTY, B. HTTP: The Definitive Guide. 1. ed. Califórnia/EUA: O'Reilly, 2002. ISBN: 9781565925090.</p> <p>SILVA, Maurício Samy. HTML5. A linguagem de Marcação que Revolucionou a Web.</p> <p>NOBLE, Jeff; TITTEL, Ed. HTML, XHTML E CSS Para Leigos.</p> <p>NIEDERST, J. Aprenda Web design. Rio de Janeiro: Editora Ciência moderna, 2002.</p>	
<p>ELABORADO POR:</p>	
<p>Comissão de Harmonização das Matrizes</p>	

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>			
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação
Disciplina:	PROJETO INTEGRADOR II		

Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
A disciplina possui integração com todas as disciplinas estudadas no 3º módulo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Despertar no discente a importância de se elaborar um projeto em informática.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar um projeto que integre as disciplinas do 3º módulo do Curso. 2. Elaborar um projeto seguindo as normas técnicas. 					

3. Acompanhar a execução de um projeto.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Conteúdo programático a critério do professor, desde que apresente o roteiro e critérios para a elaboração de um projeto envolvendo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS			
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação

Disciplina:	RELAÇÕES INTERPESSOAIS E ÉTICA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional graduado nos cursos da área das Humanidades, Administração e/ou Computação, com conhecimento em legislação e ética.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Empreendedorismo. Projeto Integrador 2.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno proporcionando o estudo de regras morais e jurídicas que regem as pessoas e profissões relacionadas à Informática e que determinam o profissionalismo relacionado aos direitos e deveres de criadores e usuários das Tecnologias de Informação.					

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Apresentar os princípios morais e éticos que regem o convívio em sociedade;
2. Tratar da importância da ética profissional para a prestação de serviços econômicos na área de informática;
3. Relacionar o comportamento profissional de acordo com a legislação vigente;
4. Apresentar os princípios constitucionais e administrativos da legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ética e Moral
 - 1.1. O significado de Ética
 - 1.2. Os fins da ação ética
 - 1.3. Ética e Direito
 - 1.4. Direito e Moral
 - 1.5. Ética, Pluralismo e Diversidade
 - 1.6. Tendências contemporâneas em ética
2. Ética Profissional
 - 2.1. Ética e profissão
 - 2.2. Profissão e Código de Ética
 - 2.3. Ética na Informática
 - 2.4. Garantia de direitos e sigilo das informações
3. Noções de Direito Constitucional
 - 3.1. Conceito, Estruturação e Função
 - 3.2. Classificação
 - 3.3. Princípios Constitucionais
 - 3.4. Normas constitucionais
 - 3.5. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais
4. Noções de Direito Administrativo
 - 4.1. Objetivos e conceitos
 - 4.2. Atos administrativos
 - 4.3. Administração Pública e Privada
 - 4.4. Atuação do Estado

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARGER, Roberto N. *Ética Na Computação: Uma Abordagem Baseada em Casos*. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ISBN: 9788521617761.

CASTILHO, José Roberto F. *Legislação Básica de Direito da Informática*. São

Paulo: Pilares, 2016. ISBN: 9788581830810.

MELLO, Celso A. Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. ISBN: 9788539203475.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA, Maria C. Coutinho de.; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria R. Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN: 9788522456581.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. ISBN: 9788508134694.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014. ISBN: 9788583160076.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN: 9788547212063.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 9788597009590.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS			
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação
Disciplina:	EMPREENDEDORISMO		

Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Profissional graduado na área de Administração, Economia ou Computação, com conhecimento em empreendedorismo de base tecnológica.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
São área de integração o Projeto Integrador 2, Interação Homem-Computador, Programação Web e Relações Interpessoais e Ética.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer uma visão geral sobre empreendedorismo de base tecnológica. Despertar o espírito empreendedor dos discentes.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer aos discentes conceitos sobre empreendedorismo. 2. Capacitar os alunos sobre o processo de elaboração do plano de negócio de uma empresa de base tecnológica. 3. Identificar oportunidades de negócios na sua região. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. Por que estudar administração
 - 1.1. Conceitos de gestão
 - 1.2. As funções do Administrador
 - 1.3. Finalidades e importância da administração para os empreendimentos humanos
 - 1.4. Importância do Relacionamento Interpessoal para as empresas
 - 1.5. O processo de Comunicação
 - 1.6. Liderança e Motivação

2. Introdução ao Empreendedorismo
 - 2.1. Conceitos sobre empreendedorismo.
 - 2.2. Cenário brasileiro para o empreendedorismo
 - 2.3. Instituições e entidades promotoras do empreendedorismo
 - 2.4. As incubadoras de empresa
 - 2.5. O empreendedorismo e a mentalidade empreendedora.
 - 2.6. Empreendedor X empresário
 - 2.7. Características do empreendedor de sucesso
 - 2.8. Perfil do empreendedor.

3. Identificando Ideais e Oportunidades
 - 3.1. O que são ideias
 - 3.2. O que são oportunidades
 - 3.3. Como diferenciar IDEIAS de OPORTUNIDADES?
 - 3.4. Principais erros cometidos por quem quer empreender

4. Empreendedorismo e Tecnologia
 - 4.1. Empreendedorismo de base tecnológica.
 - 4.2. Inovação e Tecnologia.
 - 4.3. Startups.

5. Oportunidades – Modelo Timmons
 - 5.1. Identificando e análise de oportunidades
 - 5.2. Tipos de empreendedorismo: corporativo, start-up, social. Tipos de empresas
 - 5.3. A sociedade em rede, formação de alianças.
 - 5.4. Internet: o mundo web para negócios

- 5.5. Empreendedorismo internacional: fontes e formas da internacionalização do empreendimento
6. O Processo empreendedor
 - 6.1. Conceituação e importância
 - 6.2. Elementos para o processo em empreendedor
 - 6.3. Fases do processo empreendedor
7. Plano de Negócios
 - 7.1. O que é um Plano de Negócios.
 - 7.2. Características do plano de negócios
 - 7.3. Importância do plano de negócios
 - 7.4. Ferramentas de elaboração de Plano de Negócios.
 - 7.5. Execução do plano de negócios
8. Inovação
 - 8.1. Conceitos
 - 8.2. Tipos de inovação
 - 8.3. Inovação e estratégia
 - 8.4. Gerenciando a inovação
 - 8.5. Medidas e estratégia de inovação
 - 8.6. Inovação e desenvolvimento econômico
 - 8.7. Sistemas de inovação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, José. Plano de Negócios: exemplos práticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535269598.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PERIN, Bruno. A Revolução das Startups: O Novo Mundo do Empreendedorismo de Alto Impacto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. ISBN: 9788576089537.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao Empreendedorismo:

Despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. ISBN: 9788535234664.

BARON, Robert A; SHANE, Scott A; TAKNS, All. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo, SP: Thomson Learning Pioneira, 2007.

CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia compreensivo para iniciar e tocar sem próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRANDO, Nei. Empreendedorismo Inovador: Como Criar Startups de Tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012. ISBN: 9788563993434.

GUGLIOTTI, André. Construindo uma loja virtual: A jornada de uma empreendedora em seu primeiro negócio online. São Paulo: Novatec, 2016. ISBN: 9788575224946.

PATRÍCIO, Patrícia S.; CANDIDO, Cláudio R. Empreendedorismo: Uma Perspectiva Multidisciplinar. São Paulo: LTC, 2016. ISBN: 9788521630432.

PORTO, Geciane Silveira. Gestão da Inovação e Empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535272741.

TALES, Andreassi. Práticas de Empreendedorismo: Casos e Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 9788535256994.

FERRARI, Roberto. Empreendedorismo para Computação: Criando Negócios de Tecnologia.

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. Empreendedores brasileiros: a experiência e as lições de quem faz acontecer Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 169p. v.2

DOLABELA, FERNANDO. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, P.F., Inovação e espírito empreendedor, 2ª edição, Pioneira, São

Paulo, 1987.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. Boa ideia! E agora?: Plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa: plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa. São Paulo: Cultura, c2000.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 31/2019 - CPE/REITORIA (11.01.01.04.08.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 25 de Março de 2019

CSGC_PPCverso_CONSUP_Informtica_SUB_2019.1.pdf

Total de páginas do documento original: 166

(Assinado digitalmente em 09/04/2019 16:03)

SARA CARNEIRO DA SILVA

PRESIDENTE

268007

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **31**, ano: **2019**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de emissão:
25/03/2019 e o código de verificação: **cec03a0524**